



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**
Ata da 58ª reunião, realizada em 28 de abril de 2021

1 Em 28 de abril de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho Estadual de Política
3 Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
4 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram
5 os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente suplente Yuri Rafael de
6 Oliveira Trovão, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Sérgio
7 Melo Lobo de Faria, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Marianna Reis
8 Victoria, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Felipe
9 Dutra de Resende, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra);
10 Juliana Ordones Rego, do Conselho Regional de Biologia (CRBio) - 4ª Região; Junio
11 Augusto dos Santos Silva, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos
12 Naturais Renováveis em Minas Gerais (Ibama); Emílio Elias Mouchrek Filho, do
13 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea).
14 Representantes da sociedade civil: Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das
15 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Adriano Nascimento Manetta, da
16 Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Luiz Gustavo Nunes Vieira
17 da Silva, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Edson Valgas de
18 Paiva, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Leandro
19 Eustáquio, da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais (OAB);
20 Alexandre Túlio Amaral Nascimento, da Universidade do Estado de Minas Gerais
21 (Uemg). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
22 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente suplente Yuri
23 Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 58ª reunião da Câmara de Proteção à
24 Biodiversidade e de Áreas Protegidas e fez leitura de memorando no qual é indicado
25 para presidir a sessão. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
26 **GERAIS.** Conselheiro Junio Augusto dos Santos Silva: “Eu gostaria de fazer uma
27 manifestação de pesar pelo falecimento do professor Augusto Lio Horta, que nos
28 deixou recentemente, e minhas condolências aos familiares.” Conselheiro Leandro
29 Eustáquio: “Na semana passada, o Augusto nos deixou. Eu trabalho com direito
30 ambiental há 20 anos, e uma das primeiras pessoas que eu conheci trabalhando
31 com direito ambiental foi o Augusto. Perde o direito ambiental no Brasil, perde o
32 direito ambiental em Minas Gerais, perde a SEMAD, e ganhamos todos nós que
33 tivemos a oportunidade de conviver com ele. Então fica aqui o registro. Além disso,
34 presidente, se o senhor me permite, tem mais dois assuntos aqui, e vou tentar ser
35 breve. As coisas são incríveis. Mesmo passando por este período turbulento de
36 pandemia, tem gente que não se emenda. Tem uma área na região de Água Limpa,
37 às margens da 040, vindo do Rio de Janeiro para Belo Horizonte, que sempre é alvo

38 de extração ilegal de minérios. Essa área está em área de proteção ambiental. Bairro
39 Água Limpa, depois da lagoa dos Ingleses. Eu vim, na semana passada, daquela
40 região para Belo Horizonte e fiquei abismado com a quantidade de extração, que,
41 acredito eu, a princípio, parece irregular em área de proteção ambiental. Se
42 consultarmos pela internet 'extração irregular de minério em Nova Lima', vamos ver
43 notícias de operações do ano de 2016, do ano de 2020. Então fica o registro. Outro
44 assunto, que tem a ver com a nossa função, na última reunião, quando vimos aquele
45 vídeo do governo do Estado de Minas Gerais sobre a Rota Lund, onde houve a
46 concessão de unidades de conservação para a iniciativa privada. Vale registrar que
47 o município de Lagoa Santa, ontem, votou – e deve ter sido aprovado – um projeto
48 de lei que reconhece a prática de montanhismo enquanto patrimônio cultural do
49 município de Lagoa Santa. A prática dessa atividade é muito realizada por lá. O que
50 eu acho que vai ao encontro da ideia do governo do Estado de Minas Gerais quando
51 da concessão, para a iniciativa privada, de unidade de conservação na região.
52 Lagoa Santa tende a se tornar, vamos assim dizer, o hotspot da escalada, do
53 montanhismo. Mais dois assuntos. O governo do Estado de Minas Gerais, hoje, nas
54 redes sociais, anunciou um programa que passa acho que no aplicativo Globoplay,
55 que é o 'Brasil Visto de Cima'. Eu ainda não vi, mas parece uma coisa muito bacana.
56 O programa eu já vi, mas esse capítulo sobre o Estado de Minas Gerais parece que
57 está passando toda noite, e dá para ver algumas unidades de conservação do
58 Estado de Minas Gerais por cima. Parece uma coisa muito bacana. E agora por
59 último só uma observação, senhor presidente. Tem alguns processos na pauta de
60 hoje, em especial, de doação de áreas fruto da supressão de vegetação de Mata
61 Atlântica, de doação de áreas que estão em unidades de conservação federais. E
62 me parece que o ICMBio tem tido alguma morosidade para aceitação dessas áreas.
63 Ou seja, o empreendedor adquire a área – me parece que é o caso da Mineração
64 Morro do Ipê, hoje, se não estou enganado –, faz a doação dessa área que está em
65 unidade de conservação federal, e a doação não é homologada, ou seja, o processo
66 não vai adiante. São essas observações, e eu, em nome da OAB, desejo uma ótima
67 reunião para todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Embora o senhor
68 tenha feito uma espécie de denúncia em relação a essa área, se o senhor quiser
69 também eu puder fazer pelo nosso site, aí passamos para a fiscalização verificar
70 essa situação.” Conselheira Juliana Ordones Rego: “Eu queria parabenizar o
71 Sisema pelo evento que promoveu, o 'Diálogos com o Sisema', com o tema Campo
72 Rupestre. O evento foi muito relevante, trouxe muitas informações relevantes para
73 iniciarmos, de fato, esse diálogo. Eu acredito que o Sisema já está trabalhando esse
74 tema que foi discutido durante a reunião e pode, nesse sentido, alinhar em termos
75 legais os nossos ganhos ambientais de compensação. Eu acho que é um momento
76 importante para iniciarmos, de fato, um diálogo alinhando os ganhos ambientais de
77 compensação. Nesse sentido, nós estamos à disposição, dentro da nossa atribuição
78 na CPB, de propor políticas, propostas e normas de padrões de proteção, e acho
79 que podemos avançar muito nesse sentido da proteção desse Campo Rupestre.”
80 Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Eu queria só reforçar a fala da

81 Juliana e dizer da importância do evento ‘Diálogos com o Sisema’ com o professor
82 Carlos Schaefer, da UFV, um pesquisador que trabalha com Campos Rupestres há
83 25 anos, e o Flávio do Carmo. Para quem não teve a oportunidade de assistir, eu
84 acho que é muito importante, eles deixam ali um recado muito claro e que precisa
85 urgentemente ser trabalhado. Eventualmente, para quem ainda não teve a
86 oportunidade, eu vou até colocar o link aqui no chat para facilitar.” Presidente Yuri
87 Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, conselheiro Alexandre, por disponibilizar o
88 link. Eu vou aproveitar o gancho do conselheiro Junio e do Dr. Leandro em relação
89 ao Augusto. Eu sou concursado de 2016, e logo quando cheguei aqui o Augusto era
90 o diretor da Nunor na época. Todos nós jurídicos, principalmente, na leva das
91 superintendências, fomos treinados por ele. Tanto é que as notas técnicas, naquela
92 época, todas eram assinadas por ele, uma pessoa extremamente inteligente,
93 competente, que sabia como guiar uma reunião com maestria. É uma perda muito
94 grande para a família e para nós aqui do Sisema. Nossos pêsames à família. Eu
95 gostaria também de agradecer a embora curta, mas muito proveitosa e profícua
96 atuação da Dra. Ana Carolina, que era nossa secretária executiva do COPAM, e dar
97 boas-vindas à Valéria, que eu acho que a maioria dos senhores já conhece. A
98 Valéria também é de carreira do Estado, extremamente competente e com certeza
99 vai desempenhar um bom papel junto a todos. Vou dar boas-vindas à conselheira
100 Marianna Reis, da Sede. Eu acho que é a primeira reunião da senhora, Marianna,
101 aqui conosco. Seja bem-vinda, nós estamos aqui à disposição. No decorrer da
102 reunião, qualquer dúvida que se a senhora tiver, a senhora pode nos interpelar, que
103 respondemos prontamente naquilo que for possível.” Vânia Mara de Souza
104 Sarmento/SEMAD: “Corroborar todas as palavras dos conselheiros e do senhor
105 presidente em relação ao nosso colega Augusto Lio Horta. Eu também tive
106 oportunidade de trabalhar com ele, que foi minha chefia direta enquanto secretário
107 adjunto. Essa é uma grande perda. Nossas condolências aos familiares e amigos.
108 Dar boas-vindas à Marianna e dizer para ela que nós temos o curso de capacitação
109 de conselheiros, que está disponível na nossa plataforma Trilhas do Saber. Nós
110 vamos entrar em contato para ela poder receber login e senha. É uma inovação que
111 a SEMAD trouxe neste mandato para os conselheiros. Eu acredito que, se não
112 todos, a maioria dos titulares e suplentes já realizou esse curso. Nós o fizemos de
113 uma forma bem didática, bem gostosa de assimilar conteúdo e conhecimento. São
114 vários módulos. Trazemos o que é o COPAM, o papel do conselheiro no COPAM.
115 Eu vou te pedir para que possa ler o conteúdo de todos os módulos. Assim que
116 finalizar o último módulo, vai ter uma avaliação para assimilação de conhecimento
117 do conteúdo daqueles módulos de que você realizou a leitura. Tem a necessidade
118 de assimilação de 70% do conteúdo. E assim que fizer esse exercício avaliativo de
119 assimilação do conteúdo você vai imprimir ou fazer o download do certificado. Esse
120 é o primeiro curso, e nós já estamos com o curso prático pronto. A nossa ideia é que
121 durante o mandato os conselheiros participem de vários outros cursos. Nós estamos
122 esperando ter um número maior de conselheiros para a realização desse primeiro
123 curso. Então nós vamos entrar em contato com você, Marianna. Seja bem-vinda. E

124 aí já com o curso para você estar participando e assimilando mais conhecimentos
125 ainda em relação ao nosso Conselho. Muito obrigada. Desejo a todos uma excelente
126 reunião e que Deus os abençoe.” Conselheira Marianna Reis Victoria: “Agradeço a
127 receptividade de todos e aguardo o contato para fazer o curso. Ótima reunião para
128 nós aqui hoje.” **4) EXAME DA ATA DA 57ª REUNIÃO**. Aprovada por unanimidade
129 a ata da 57ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas
130 Protegidas, realizada em 24 de março de 2021. Votos favoráveis: Segov, Sede,
131 Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5)**
132 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO**
133 **AMBIENTAL CONFORME POA 2021. 5.1) Edilvio Lage Avelar. Fazenda**
134 **Sobrado. Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos**
135 **agrossilvipastoris, exceto horticultura; criação de bovinos, bubalinos,**
136 **equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo; produção de carvão**
137 **vegetal, oriundo de floresta plantada; produção de carvão vegetal, oriundo de**
138 **floresta plantada. Itamarandiba/MG. PA 11805/2018/001/2019, SEI**
139 **2100.01.0059485/2020-46. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação**
140 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos**
141 **favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,**
142 **OAB e Uemg. Destaques da votação. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti:**
143 **“Voto favorável a todos os processos, mas só registrando a discordância da Fiemg**
144 **na dupla marcação de biomas e dupla marcação de zona de entorno no item 5.1;**
145 **dupla marcação de bioma nos itens 5.2, 5.3, 5.5 e 5.7; e dupla marcação de zona**
146 **de entorno no item 5.8. Registrando essas ressalvas, mas com voto favorável em**
147 **todos os processos.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Voto favorável com**
148 **as mesmas ressalvas feitas pelo conselheiro da Fiemg.” Conselheiro Leandro**
149 **Eustáquio: “Tal como falaram os conselheiros Adriano Manetta e Thiago Rodrigues,**
150 **faço meu voto com as mesmas ressalvas por eles estabelecidas.” 5.2) Ubyratan de**
151 **Almeida Santos e Outro. Fazenda Agobela, São Vicente ou Santa Tereza.**
152 **Culturas anuais, excluindo a oleicultura; beneficiamento primário de**
153 **produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento; postos**
154 **revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas**
155 **retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de**
156 **combustíveis de aviação - NP; bovinocultura de leite, bubalinocultura de leite**
157 **e caprinocultura de leite; avicultura de corte e reprodução. Burity/MG. PA**
158 **16849/2005/002/2015, SEI 2100.01.0014297/2020-56. Classe 5. Apresentação:**
159 **GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do**
160 **Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg,**
161 **CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 5.3) Helder Hofig. Fazenda HJ. Barragem de**
162 **irrigação ou de perenização para agricultura; culturas anuais, semiperenes e**
163 **perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; criação**
164 **de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime**
165 **extensivo; canais de irrigação; beneficiamento primário de produtos**
166 **agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento,**

167 **classificação e/ou tratamento de sementes; central de recebimento,**
168 **armazenamento temporário, triagem ou transbordo de sucata metálica, papel,**
169 **papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, não contaminados com óleos,**
170 **graxas, agrotóxicos ou produtos químicos. Unai/MG. PA 06851/2017/001/2019,**
171 **SEI 2100.01.0017857/2021-60. Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF.**
172 **Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único.**
173 **Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,**
174 **Relictos, OAB e Uemg. 5.4) MR Mineração Ltda. Mina do Baú. Lavra a céu aberto**
175 **sem tratamento ou com tratamento a seco de minério de ferro; unidade de**
176 **tratamento de minério; estrada para transporte de minério/estéril; pilha de**
177 **rejeito/estéril. Barão de Cocais/MG. PA 00395/1998/031/2015, SEI**
178 **2100.01.0017559/2021-55. Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação**
179 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos**
180 **favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,**
181 **OAB e Uemg. 5.5) CRV Industrial Ltda. Unidade Capinópolis. Fabricação de**
182 **açúcar e/ou destilação de álcool; sistema de geração de energia termelétrica**
183 **utilizando combustível não fóssil. Capinópolis/MG. PA 13327/2018/001/2019,**
184 **SEI 2100.01.0064033/2020-52. Classe 5. Apresentação: GCARF/IEF.**
185 **Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único.**
186 **Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,**
187 **Relictos, OAB e Uemg. 5.6) Nexa Recursos Minerais S/A. Barragem contenção**
188 **de rejeito/resíduos. Paracatu/MG. PA 00004/1979/035/2011. Classe 6.**
189 **Apresentação: GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade**
190 **nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio,**
191 **Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 5.7) Mamoneira Agro-**
192 **Pastoril S/A. Jose Aloísio Teixeira de Souza e Outros. Silvicultura; criação de**
193 **ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivos); criação de**
194 **equinos, muares, ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte**
195 **(confinados); cultura de cana-de-açúcar; formulação de rações balanceadas e**
196 **de alimentos preparados para animais; postos revendedores, postos ou**
197 **pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, Postos**
198 **flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de**
199 **aviação; barragem de irrigação ou de perenização para agricultura sem**
200 **deslocamento de população atingida. Natalândia/MG. PA 23703/2010/001/2011.**
201 **Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por**
202 **unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,**
203 **CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 5.8) Cota**
204 **Mineração Indústria e Comércio Ltda. Pesquisa mineral, com ou sem emprego**
205 **de guia de utilização, com supressão de vegetação secundária nativa**
206 **pertencente ao bioma Mata Atlântica em estágio médio e avançado de**
207 **regeneração, exceto árvores isoladas. Mariana/MG. PA 20145/2010/001/2014,**
208 **SEI 2100.01.0054211/2020-48. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF.**
209 **Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único.**

210 Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,
211 Relictos, OAB e Uemg. **5.9) CSN Mineração S/A. Mineração Casa de Pedra.**
212 **Unidade de Tratamento de Minerais (UTM) com tratamento a úmido; estação**
213 **de tratamento de esgoto. Congonhas/MG. PA 00103/1981/093/2018, SEI**
214 **2100.01.0042430/2020-72. Classe 6. Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação
215 ambiental aprovada por maioria nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:
216 Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Votos
217 contrários: Fiemg e CMI. Destaques da votação. Conselheira Juliana Ordones Rego:
218 “Voto favorável com a ressalva da indicação do conselheiro (Leandro Eustáquio)
219 para que os recursos sejam destinados para o plano de manejo.” Conselheiro Junio
220 Augusto dos Santos Silva: “Também voto favorável com a ressalva relacionada aos
221 recursos para o plano de manejo.” Justificativas de votos contrários. Conselheiro
222 Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu vou votar contrário a esse adendo, mantendo a
223 posição de aprovação da compensação nos termos do parecer original. Pelo
224 seguinte motivo. Apesar de entender louvável a destinação de recursos para essa
225 unidade de conservação municipal, eu entendo que não há possibilidade de marcar
226 o item que trata da afetação da unidade de conservação, uma vez que ela se
227 encontra somente na área de influência indireta do empreendimento, vai contra o
228 que o Plano Operativo Anual da CPB determina. E também usando como
229 precedente alguns outros casos que já votamos na CPB, que entendeu que área de
230 influência indireta não é motivo para se marcar afetação de uma unidade de
231 conservação. Eu não vou lembrar exatamente o caso, porque são muitos, mas foi
232 uma usina de açúcar e etanol, acho que neste ano ou no fim do ano passado, em
233 que a utilização desse argumento foi colocada. Então por esse motivo, apesar de
234 entender louvável, eu acho que não deveria marcar o impacto na unidade de
235 conservação nesse caso. Por isso que voto contrário.” Conselheiro Adriano
236 Nascimento Manetta: “Faço o voto contrário também ao adendo nesse mesmo
237 sentido que o conselheiro Thiago colocou, lembrando que sempre divergimos
238 dessa dupla marcação de entorno de zona de amortecimento, que é o caso quando
239 você mede 3 km de distância da unidade de conservação, depois mais 3 km da área
240 diretamente afetada do empreendimento. E aí, havendo sobreposição, se a unidade
241 de conservação estiver a 6 km do empreendimento, presume-se esse atingimento.
242 Se discordamos disso, o que dirá entender que, por simplesmente estar em área de
243 influência indireta, haveria o impacto. Mas ainda aproveitando o ensejo porque
244 entendo louvável, adequado, que seria bom poder simplesmente destinar esse
245 recurso à unidade de conservação, nesse caso, sem a necessidade de haver
246 marcação de impacto. Reitero a sugestão para o POA 2022 no sentido de que, em
247 não havendo unidades de conservação impactadas pelo empreendimento, o recurso
248 que seria destinado às unidades conservação específicas possa ser destinado a
249 outras unidades de conservação próximas, mesmo que não sejam impactadas pelo
250 empreendimento. Eu penso que dentro do POA isso seria legítimo. Fica a sugestão.”
251 Conselheiro Leandro Eustáquio: “Eu já fiz minhas considerações e penso que o
252 caminho do meio é sempre o caminho que devemos procurar. Então eu, que sou

253 contrário à dupla marcação, aproveito da fala do conselheiro Adriano Manetta para
254 que possamos fazer as adequações para o POA de 2022. Então voto favorável com
255 as considerações que já fiz no meu destaque.” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral
256 Nascimento: “Voto favorável reforçando as possibilidades de melhorias para o POA
257 do próximo ano.” **Destaque da OAB e debates registrados antes da votação do**
258 **processo**. Conselheiro Leandro Eustáquio: “Talvez tenha sido eu que me confundi.
259 Abrindo as informações a respeito deste processo, a princípio, do relatório consta
260 que não houve nenhuma afetação da unidade de conservação. Estou lendo aqui o
261 parecer que está disponível na internet. Na reanálise do processo já aparece a
262 informação do Parque Natural Municipal da Cachoeira de Santo Antônio. Eu procurei
263 pelo Google informação a respeito, e as notícias na internet falam da existência dele
264 desde 2018. Como não aparece unidade de conservação afetada, não foi marcado
265 como fator de relevância unidade de conservação afetada, e por isso não houve
266 repasse de recurso advindo da compensação para essa unidade. Mas essa mesma
267 unidade de conservação estaria na área de influência indireta do empreendimento
268 em análise, qual seja a Mineração Casa de Pedra. Solicitaram do empreendedor a
269 poligonal do empreendimento, e dada essa informação – imagino que pelo
270 empreendedor –, parece que, sim, a unidade de conservação, em algum momento,
271 é afetada. E por isso o direcionamento de recursos a título da compensação
272 ambiental. Vale a pena lembrar que, pelo critério proposto, é coisa de mais de R\$ 2
273 milhões. E como é uma unidade de proteção integral, e falamos de mineração, nós
274 voltamos àquela discussão se é possível ou não mineração em unidade de proteção
275 integral, a depender dos limites da unidade. O fato é que essa unidade em
276 Congonhas não tem ainda o plano de manejo. A despeito da discussão doutrinária
277 se é ou não possível a previsão legal pela impossibilidade de mineração em unidade
278 de proteção integral, se não tem plano de manejo, para mim, fica muito sem sentido
279 destinar recurso advindo da compensação de uma atividade minerária para uma
280 unidade de proteção integral. A despeito da minha discussão, do que estou
281 pontuando aqui, que esse recurso vá, sobretudo, para se fazer o plano de manejo.
282 Porque se, amanhã ou depois, se faz o plano de manejo impedindo a mineração na
283 área ou no entorno da zona de amortecimento da unidade, não faz sentido esse
284 dinheiro vir de uma atividade de mineração.” Mariana/CSN Mineração: “Na verdade,
285 nós estamos aqui mais para esclarecimento dos conselheiros. Acredito que o
286 comentário do Dr. Leandro é mais um comentário para a Secretaria, não é
287 direcionado para a empresa em si, mas é bem isso que ele comentou mesmo. A
288 unidade de conservação está em uma área indiretamente afetada, não tem atividade
289 dentro do parque. Inclusive, a atividade de que estamos falando, que é uma planta
290 de itabirito, é mais afastada, mas estamos considerando o complexo como um todo.
291 Por isso foi até um pedido nosso de inclusão do parque para receber parte da
292 compensação. Se tiver alguma dúvida específica relacionada ao projeto, nós
293 estamos à disposição.” Renata/GCARF/IEF: “Na GCARF nós recebemos as novas
294 coordenadas da empresa CSN. A técnica está aqui na sala, a Maria Regina. Ela fez
295 uma reanálise, e o Parque Natural Municipal da Cachoeira de Santo Antônio

296 atendeu todos os critérios, e nós realizamos a redistribuição.” Maria Regina Cintra
297 Ramos/IEF: “Meu nome é Maria Regina, eu estou analista desse processo e achei
298 interessante a colocação do conselheiro Leandro, porque acredito que esta Câmara
299 tenha condições de estabelecer que esse dinheiro, senão todo, parte dele, seja
300 destinado ao plano de manejo. Porque eu acho justo, considerando que essa
301 unidade de conservação ainda não possui esse referido plano de manejo. Eu
302 entendo que essa readequação que foi feita atendeu tanto a Prefeitura de
303 Congonhas quanto a mineradora, por entenderem a necessidade de direcionar
304 esses recursos para essa unidade de conservação. O objetivo então foi esse. E nós
305 entendemos interessante, sim, essa readequação, e eu concordo com o nosso
306 conselheiro Leandro, que, se houver condições de esse recurso ser direcionado
307 para o plano de manejo, que este Conselho então vote para isso. Eu concordo com
308 ele.” Conselheiro Leandro Eustáquio: “É exatamente isso, nós entendemos que o
309 plano de manejo é que define o que pode ser feito e o que não pode ser feito na
310 unidade de conservação. Então se tem um recurso, que deve ser observado a título
311 de legislação, eu acho que é nada mais justo, até porque, se essa oportunidade não
312 for tomada agora, esse recurso, fatalmente, vai para outras situações, como compra
313 de equipamento, enfim, e o plano de manejo vai ficar mais uma vez para que esse
314 parque e unidade de conservação seja um parque de papel. Eu acho que faz todo
315 o sentido.” Renata/GCARF/IEF: “Senhor conselheiro, é bem-vinda a sua sugestão,
316 mas isso fica no âmbito do município. A GCARF apontou todos os critérios de
317 distribuição, nós cumprimos as nossas atividades administrativas na análise e na
318 distribuição, conforme diretrizes do POA. A sua sugestão é bem-vinda, mas fica
319 mesmo no âmbito do plano de trabalho do município, e ele pode nos apresentar
320 depois, se for critério dele, aqui nesta Câmara. E depois ele também vai fazer a
321 prestação de contas. É só isso que está nas diretrizes do POA.” Conselheiro
322 Leandro Eustáquio: “Perfeito, é uma unidade de conservação municipal, então o
323 município tem total liberdade para fazer o que bem entender. Lembrando ainda que
324 na última reunião eu perguntei ao presidente se há um canal de transparência para
325 que possamos – e também quem está acompanhando a reunião pelo Youtube –
326 verificar onde são aplicados esses recursos. E isso serve para o município, inclusive,
327 porque é um montante vultoso, em especial, em época de pandemia; são mais de
328 R\$ 2 milhões. Mas vamos torcer para que a coisa caminhe da melhor forma, que é
329 o que todos nós esperamos.” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira: “Senhor
330 presidente, uma dúvida se o POA poderia carimbar esse recurso, por exemplo, ao
331 direcionar para unidade de conservação – um exemplo que foi dado agora –
332 municipal, que o recurso fosse direcionado para o plano de manejo, inicialmente, e
333 depois para outras atividades da própria UC. E na votação do POA de 2022 talvez
334 poderíamos sugerir isso, seguindo a orientação do Leandro.” Renata/GCARF/IEF:
335 “Na oportunidade da revisão do POA 2022, nós podemos propor esse
336 direcionamento, sim, mas no atual POA, 2021, não tem esse critério ainda, só tem
337 o critério de distribuição e da prestação de contas após 12 meses.” **5.10) Essencis**
338 **MG Soluções Ambientais S/A. Aterro para resíduos não perigosos; aterro para**

339 **resíduos perigosos; retificação de curso d'água. Juiz de Fora/MG. PA**
340 **00745/2012/003/2014, SEI 2100.01.0031325/2020-80. Classe 6. Apresentação:**
341 **GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do**
342 **Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg,**
343 **CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 5.11) Silvio Lepesqueur. Fazenda Santo**
344 **Antônio Olhos D'Água e Conceição do Rio da Prata. criação de bovinos,**
345 **bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo;**
346 **barragem de irrigação ou perenização para agricultura; extração de cascalho,**
347 **rocha para produção de britas, areia fora das calhas dos cursos d'água e**
348 **demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias,**
349 **inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e**
350 **Indireta Municipal, Estadual e Federal. Paracatu/MG. PA/SLA 2082/2020, SEI**
351 **2100.01.0055650/2020-92. Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação**
352 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos**
353 **favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,**
354 **OAB e Uemg. 6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**
355 **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE**
356 **EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS. 6.1) CSN Mineração S/A. Pilhas de**
357 **rejeito/estéril, minério de ferro. Congonhas/MG. PA 103/1981/092/2018, SEI**
358 **2100.01.0015385/2020-71, ANM 43.306/56. Classe 6. Apresentação: Regional**
359 **Norte. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer**
360 **Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI,**
361 **Amda, Relictos, OAB e Uemg. 6.2) Ferro + Mineração S/A. Lavra a Céu Aberto;**
362 **unidade de tratamentos de minerais; pilhas de rejeitos/estéril. Congonhas e**
363 **Ouro Preto/MG. PA 03886/2007/011/2011; 03886/2007/005/2008;**
364 **03886/2007/009/2008; 023045/2010/001/2011, ANM: 002.700/1936; 833.368/2010.**
365 **Classe 6. Apresentação: Regional Norte. Compensação ambiental aprovada por**
366 **unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,**
367 **CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 6.3) Omar Lopes**
368 **de Melo. Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção**
369 **civil. Delfinópolis/MG. PA 20513/2016/001/2017, SEI 1370.01.0038523/2020-89,**
370 **ANM 853.352/2015. Classe 3. Apresentação: Regional Sul. Compensação**
371 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos**
372 **favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,**
373 **OAB e Uemg. 7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**
374 **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DO CORTE E/OU SUPRESSÃO**
375 **DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. 7.1)**
376 **Mineração Nossa Senhora do Sion Ltda. Fazenda Lopes e Mato Grosso. Lavra**
377 **a céu aberto, minério de ferro e unidade de tratamento de minerais (UTM), com**
378 **tratamento a seco. Santa Bárbara/MG. PA 00575/2003/002/2019, SEI**
379 **1370.01.0003425/2021-42, ANM 1362/1940. Classe 3. Apresentação: Suppri.**
380 **Retorno de vista: Uemg. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos**
381 **termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama,**

382 Fiemg, CMI, Relictos e OAB. Votos contrários: Amda e Uemg. Ausência: Crea.
383 Destaques da votação. Conselheira Juliana Ordones Rego: “Voto favorável. Eu
384 queria parabenizar a Suppri pelos esclarecimentos, os erros foram todos sanados.
385 E me coloco à disposição para participação na CMI também.” Presidente Yuri Rafael
386 de Oliveira Trovão: “Agradeço, conselheira, a senhora está convidada. É só mandar
387 um comunicado à Vânia. Os senhores estão convidados, qualquer conselheiro da
388 CPB está convidado para fazer uso do artigo 38 do nosso Regimento Interno. Serão
389 bem-vindos ao conselho da CMI.” Conselheiro Junio Augusto dos Santos Silva: “O
390 Ibama vota favorável ressaltando a importância de nós nos atermos às questões
391 técnicas. Obviamente que eu acho que existem coisas que podem ser melhoradas,
392 tendo o devido respeito às normas às quais estamos submetidos.” Conselheiro
393 Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Favorável. E só gostaria de parabenizar as brilhantes
394 respostas tanto da Mariana quanto da Geovana quanto do senhor, presidente, que
395 foram excelentes. Parabéns.” Conselheiro Edson Valgas de Paiva: Considerando as
396 atribuições desta Câmara e o esclarecimento da Suppri, favorável.” Justificativas de
397 votos contrários. Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira: “Voto contrário seguindo
398 o parecer do conselheiro Alexandre.” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral
399 Nascimento: “Voto contrário embasado no retorno de vista.” **Apresentações e**
400 **debates registrados antes da votação do processo.** Conselheiro Alexandre Túlio
401 Amaral Nascimento: “O meu retorno de vista está disponível para todos. O pessoal
402 que está pelo YouTube que eventualmente tenha curiosidade de acessar o
403 documento na íntegra, é só fazê-lo pela página da reunião. Eu vou tentar aqui trazer
404 alguns pontos que considero chaves dentro do que pontuei, para podermos discutir
405 depois. Então é um retorno de vista que foi organizado em 21 pontos gerais e
406 algumas considerações finais. Eu vou tentar resumir cada uma das considerações
407 gerais e fico à disposição para se alguém tiver alguma questão. E reforço que o
408 documento está na íntegra na página da reunião. O ponto 1 vai trazer que o parecer
409 da Suppri é confuso em relação ao tamanho da área a ser suprimida. No ponto 2,
410 destacamos que o empreendimento encontra-se na zona de amortecimento e
411 aderente aos limites do Parque Nacional da Serra do Gandarela, além de estar
412 inserido na APA Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O ponto 3 traz duas
413 figuras, que são dois mapas: um retirado da página 6 do parecer da Suppri, e o
414 outro, retirado da página 8 do projeto executivo de compensação florestal. Esses
415 mapas são distintos em relação à localização do empreendimento. O mapa do
416 projeto executivo de compensação florestal deixa claro que o acesso ao
417 empreendimento se dará internamente e cruzando o Parna Gandarela, o que
418 implica, obviamente, que há impactos incidentes no Parna que estão sendo omitidos
419 e negligenciados pelo órgão ambiental frente à CPB. Eu considero isso algo muito
420 sério, ter uma via de acesso a uma mineradora cortando um parque tão importante,
421 e isso não estar no parecer. Ponto 4. Apesar dessa influência direta na serra do
422 Gandarela, no parque nacional, o Parecer Único da Suppri não traz quaisquer
423 informações sobre a manifestação do órgão gestor dessa unidade de conservação
424 sobre o empreendimento. Entendo que processos que dependam desse tipo de

425 manifestação devam ser encaminhados e pautados na CPB com esse procedimento
426 consolidado. Ponto 5. Apesar de estarmos lidando com uma área de enorme
427 potencial e importância espeleológica e cavernícola, o parecer da Suppri é
428 completamente omissivo sobre esses aspectos. Dentre outras questões, há que se
429 responder minimamente: - Quais estudos espeleológicos foram feitos? - Quais as
430 cavernas ocorrentes? - O empreendimento pode comprometer patrimônios locais,
431 como a Paleotoca da Serra do Gandarela? - Como o empreendimento irá impactar
432 as populações de quirópteros dessas áreas? - Essas populações de quirópteros são
433 hospedeiras de coronavírus ou outros de potencial transmissão a outros mamíferos,
434 inclusive humanos? Ponto 6. Quase 70% (69,42%) da área que se pretende suprimir
435 é de Campo Rupestre Ferruginoso. 7. A caracterização dada aos Campos
436 Rupestres Ferruginosos que se pretendem suprimir é bastante genérica e
437 superficial. 8. O levantamento florístico detectou alta biodiversidade e presença de
438 espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção. Houve poucos registros de
439 espécies exóticas, o que corrobora para a máxima importância biológica desse
440 ecossistema. Houve também registros de espécies imunes de corte, que deverão
441 ser objeto de compensação, conforme a Lei 20.308/2012. Ponto 9. Segundo o
442 parecer da Suppri, 'essas espécies, apesar de ameaçadas, possuem ampla
443 distribuição no bioma, particularmente na região Sudeste.' Aí eu comento: essa
444 afirmação demanda referências bibliográficas, pois trata-se de um parecer técnico
445 que subsidia tomada de decisão. Uma discussão mais detalhada sobre os impactos
446 sobre as espécies será feita no parecer para o licenciamento ambiental. E aí eu
447 comento se essa discussão mais detalhada não deveria se dar nesta CPB, que,
448 como o próprio nome diz, é o espaço para discutir e fomentar conservação da
449 biodiversidade e áreas protegidas. Uma vez que o impacto sobre a biodiversidade é
450 pouco mitigável, uma proposta de compensação pela supressão dessas espécies
451 foi apresentada pelo empreendedor e será analisada pela equipe técnica. Aí eu
452 comento sobre o ponto de que o impacto é pouco mitigável. A Lei da Mata Atlântica
453 é clara em suas vedações acerca do tratamento que esses empreendimentos
454 devem ter, inclusive com a impossibilidade de seu licenciamento, especialmente
455 quando 'abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção',
456 'exercer a função de proteção de mananciais', 'formar corredores entre
457 remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de
458 regeneração' e 'proteger o entorno das unidades de conservação'; alíneas a, b, c, d
459 do inciso I do artigo 11º da Lei da Mata Atlântica. Todas essas alíneas aplicáveis ao
460 caso em comento. Cabe ainda destacar que o parágrafo acima do parecer da Suppri
461 deflagra, como tem sido recorrente nos processos que chegam à CPB, o
462 entendimento do órgão ambiental de que a compensação é um fim em si e não um
463 último instrumento em uma hierarquia de mitigação. Hierarquia essa que deveria,
464 inclusive, conforme apontado pela lei, lidar com a vedação e com a impossibilidade
465 de licenciar empreendimentos que comprometam espécies e ecossistemas
466 ameaçados. Fato que é negligenciado e ignorado pela CPB/COPAM. Ainda uma
467 questão em relação a esse trecho retirado da página 9 do parecer da Suppri, quando

468 fala que uma proposta de compensação pela supressão dessas espécies foi
469 apresentada pelo empreendedor e será analisada pela equipe técnica: ‘A qual
470 proposta o parecer se refere? Pareceu tratar-se uma proposta distinta da
471 apresentada no processo em tela. Essa referida proposta de compensação será
472 apresentada à CPB? Quando?’ Aí eu ressalto um inciso do artigo 13º, das
473 competências da CPB, sobre aprovação da proposta de compensação. Ponto 10. A
474 diversidade faunística é também expressiva e apresenta diversas espécies
475 ameaçadas de extinção. Eu destaco a perereca-de-folhagem-com-perna-reticulada,
476 uma espécie criticamente ameaçada, que já vem sendo notada, recorrentemente,
477 em meus pedidos de vista, uma espécie cuja principal ameaça, inclusive, é a ação
478 minerária. Ponto 11. Ao discutir o impacto da supressão sobre a fauna o parecer da
479 Suppri argumenta que ‘as intervenções não aumentarão significativamente a
480 fragmentação de habitats’. Na página 11 do parecer. E aí eu digo: com base em que
481 essa afirmação é feita? Ao analisar a paisagem em questão, um mosaico de
482 unidades de conservação, o que se percebe é o oposto. O empreendimento em
483 pauta marca o que pode vir a ser um importante gatilho de fragmentação dessa
484 paisagem, uma vez que a Mina do Lopes, alvo do processo em análise, é vizinha
485 imediata da área pretendida para o Projeto Apolo, como pode ser verificado em uma
486 figura que eu coloque no parecer do retorno de vista. Ponto 12. Oposto ao reportado
487 no parecer da Suppri, de que não causa fragmentação de habitat a supressão, o
488 que se observa na paisagem da região da Serra do Gandarela é um crescente e
489 intenso processo de fragmentação, apesar das UCs presentes. Utilizando dados do
490 MapBiomas de 2008, 2013 e 2018, Nino Antonio Camini, em sua dissertação de
491 mestrado, recentemente defendida no programa de pós-graduação em análise de
492 modelagem de sistemas ambientais, da UFMG, analisou diversas métricas da
493 paisagem nessa região, detectando que ocorreu um aumento de 8% dos
494 fragmentos, redução de 7% da área do maior fragmento da paisagem, redução da
495 área média dos fragmentos em 16%, aumento de 6,9% das áreas de borda, queda
496 de 37,2% do tamanho médio das áreas centrais dos fragmentos e um aumento de
497 9,1% no número de áreas disjuntas na paisagem. Além disso, a própria SOS Mata
498 Atlântica e o Inpe detectaram perda de 4.700 hectares nessa região entre 2014 –
499 quando o Parna foi criado, inclusive, se não me engano – e 2019. Esses dados
500 reafirmam que UCs não são garantia de conservação e explicitam o enorme
501 equívoco do órgão ambiental ao negligenciar a fragmentação da paisagem e a
502 erosão da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos dessa região, que são tão
503 vitais à sociedade, incluindo aí a segurança hídrica de Belo Horizonte e da região
504 metropolitana. Ponto 13. É devido a esse raciocínio simplista, negligente e
505 reducionista (‘as intervenções não aumentarão significativamente a fragmentação
506 de habitats’) que Minas Gerais vem, recorrentemente, sendo o Estado campeão em
507 perda de Mata Atlântica. Enquanto o desmatamento do bioma caiu 9,3% entre 2017
508 e 2018 no país em relação ao período anterior, em Minas Gerais nós fomos,
509 vexatoriamente, o Estado que mais desmatou em termos absolutos. E aí eu fiz um
510 recorte do documento do Inpe e da SOS Mata Atlântica. Ponto 14. Esse ponto trata

511 do fato de que não é explicitado e quantificado o que é Floresta Estacional
512 Semidecidual e o que é Campo Rupestre Ferruginoso dentro da compensação.
513 Ponto 15. A Tabela 6 do parecer da Suppri, páginas 12 e 13, além de incompleta,
514 está incorreta. O município de Itabirito está integralmente na sub-bacia do Rio das
515 Velhas, pertencente à bacia do rio São Francisco. A sub-bacia do rio Piracicaba, por
516 sua vez, é parte da bacia do Rio Doce. Ponto 16. Eu reforço algo que tenho dito,
517 recorrentemente, de que a compensação ambiental, através da regularização
518 fundiária em unidades de conservação, ainda que normatizada em Minas Gerais, só
519 serve para contribuir para que a redução da cobertura de vegetação nativa da Mata
520 Atlântica se mantenha expressiva e vexatória em Minas Gerais. O ponto 17 vai
521 discorrer sobre essa mesma questão; eu não vou entrar nele. Ponto 18. Aqui eu
522 trago um pouco do evento que aconteceu, no último dia 7 de abril, sobre a questão
523 de compensação em Campos Rupestres Ferruginosos. E trago aqui uma fala do
524 professor Carlos Schaefer: 'A Lei Estadual deve aumentar seu nível de exigência de
525 2 para no mínimo 3/1 no que se refere a compensação de Campos Rupestres,
526 priorizando a compensação no entorno de UCs e em áreas pouco estudadas.' O que
527 este parecer da Suppri propõe – e o processo, na verdade, o projeto em si – está
528 justamente ao contrário, retirando área colada em unidade de conservação. Mais
529 uma aspa da fala do professor Carlos Schaefer: 'A lei mineira está conceitualmente
530 errada (não abrange Campos Rupestres), obsoleta (não contempla os fatos
531 conhecidos) e é pouco efetiva (não protege).' O Dr. Carlos Schaefer propõe
532 alterações assertivas nas normas vigentes – eu até coloquei um print no retorno de
533 vista – e alerta que a postura negligente que vem sendo adotada pelo Estado não é
534 boa nem mesmo para as próprias mineradoras e que, em última instância,
535 compromete a segurança hídrica no presente e no futuro. O professor alerta para a
536 urgência máxima de mudança de postura de Minas Gerais e para a oportunidade de
537 protagonismo que poderíamos exercer no cenário nacional ao liderar, com ciência e
538 responsabilidade, mudanças nas políticas de conservação dos Campos Rupestres.
539 Ponto 19. Algo que eu tenho dito também, recorrentemente, nos meus retornos de
540 vista: a compensação ambiental pode estar se dando em termos legais, mas não se
541 dá em termos efetivos de ganhos ambientais nos territórios. Ponto 20. Nas ocasiões
542 de meus retornos de vista, sempre tenho escutado, inclusive do presidente do IEF
543 e da CPB, que aponto questões que não competem a este Conselho e que seriam
544 afeitas ao licenciamento ambiental e à Câmara Minerária. Todavia, a forma
545 equivocada com que a compensação ambiental tem sido praticada em Minas Gerais
546 salta aos olhos, e surpreendem a inépcia e inação deste Conselho perante os
547 processos que são avaliados e sempre aprovados. Ponto 21, o último ponto das
548 considerações gerais. Eu retorno aqui a algumas questões que tenho trazido,
549 repetidas vezes, à CPB, e que, coincidentemente ou não coincidentemente, mas
550 sem comunicação com o Flávio e com o professor Carlos, eles reforçaram nesse
551 evento do dia 7. Então a gente pergunta: - Quantos hectares de Canga foram
552 irreversivelmente perdidos e quantos hectares de Canga foram destinados para
553 compensação nos últimos anos? - Quantos hectares de Campo Rupestre sensu latu

554 foram suprimidos nos últimos anos? – Qual a proporção dessas áreas é de Cangas
555 ou ecossistemas ferruginosos? - As áreas remanescentes de Cangas e demais
556 variações de Campos Rupestres são capazes de garantir a manutenção de
557 processos ecológico-evolutivos e prover os serviços ecossistêmicos dos quais todos
558 dependemos? - Como têm sido o incentivo e a cobrança para que as mineradoras
559 invistam em ciência e em esforços de pesquisas capazes de permitir, no futuro
560 próximo, restaurar Cangas e Campos Rupestres? As respostas a essas questões
561 deveriam ser prioridade estratégica do órgão ambiental, uma vez que colaborariam
562 para reverter o cenário atual de ineficiência, ineficácia e displicência da
563 compensação ambiental em Minas Gerais. Considerações finais. Recomendo
564 fortemente que o processo seja retirado de pauta, uma vez que o mesmo não está
565 devidamente instruído através do Parecer Único da Suppri. Esse fato fica evidente
566 perante às tantas omissões, incompletudes, inconsistências e falhas detectadas e
567 apresentadas neste retorno de vista. Ressalto tratar-se de um licenciamento
568 concomitante (LAC1) enquadrado como classe 3, sendo, portanto, um processo
569 célere. Todavia, há questões importantes apontadas neste retorno de vista que não
570 podem ser tratadas a posteriori. Esta Câmara não tem como deliberar em cima de
571 um parecer falho e mal instruído como o que nos foi apresentado, inclusive sob o
572 risco de respondermos civil e criminalmente pelas nossas decisões. Caso o
573 processo não seja retirado de pauta, manifesto minha máxima discordância e meu
574 voto contrário ao parecer da Suppri, por todas as razões apontadas e elencadas
575 neste documento. Por fim, ressalto, mais uma vez, a importância de que essa CPB
576 faça valer o inciso I do artigo 13º do Decreto 46.953/2016, que define como primeira
577 atribuição desta Câmara ‘propor políticas e discutir propostas de normas e padrões
578 de proteção à biodiversidade’, visando alinhar as regras vigentes ao conhecimento
579 científico disponível e cessar os absurdos e equívocos em termos de compensação
580 ambiental que vêm sendo praticados em Minas Gerais. É este o meu parecer, e eu
581 fico à disposição para quaisquer questões.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
582 Trovão: “Agradeço a manifestação do conselheiro. Em relação ao pedido de retirada
583 de ponto de pauta, alguns conselheiros aqui já têm costume de trabalhar comigo,
584 nas demais Câmaras, eu nunca faço de imediato, eu sempre solicito a manifestação
585 da equipe técnica que analisou o processo em relação à pertinência ou não da
586 retirada do ponto de pauta, da baixa em diligência. Porque ninguém melhor do que
587 a equipe técnica para subsidiar a Presidência em relação à retirada ou não do ponto
588 de pauta. Então já fica a minha solicitação à equipe da Suppri, que, antes de
589 adentrar mesmo no mérito do parecer realizado pelo conselheiro, fale para mim,
590 para subsidiar a permanência do processo em pauta, me dando subsídios para
591 minha decisão. Já indico no início que não retiro o processo de pauta nem baixo o
592 mesmo em diligência, sem prejuízo de fazê-lo, posteriormente, caso haja
593 concordância e a pertinência manifestadas pela equipe técnica. Eu ia fazer uma
594 manifestação aqui, mas até o conselheiro, na sua fala, já colocou que a Presidência
595 já falou isso anteriormente, em relação à matéria que está sendo debatida. E eu
596 creio que também a equipe técnica e jurídica da Suppri vai se manifestar sobre esse

597 ponto. Mas eu quero chamar atenção para os senhores do artigo 31, parágrafo 2º:
598 'Fica vedada a discussão de matérias deliberadas em fases anteriores do processo
599 de licenciamento ambiental, sem prejuízo do exercício do poder de autotutela pelo
600 Colegiado.' Isso está no nosso Regimento Interno. Aí nós vamos para o Decreto
601 46.953, que fala sobre a competência da CPB em relação à Lei 11.428, inciso XIV:
602 'Aprovar compensação ambiental de que trata a Lei 11.428/2006 referente aos
603 processos de intervenção ambiental em que a compensação foi destinada a unidade
604 de conservação de domínio público.' Então, com todo respeito aos senhores, os
605 senhores não têm competência para estar deliberando aqui sobre matérias que
606 foram decididas no processo de licenciamento ambiental, não há essa competência
607 dos senhores para isso. Os senhores vão aprovar aqui conforme determinação
608 legal, o que prevê o artigo XIV. No que pese nós podermos discutir, inclusive, apesar
609 da vedação que tem no inciso da Deliberação 177, isso não pode ser feito aqui.
610 Então eu solicito aos senhores e às senhoras, no momento das manifestações, que
611 se atenham ao ponto de pauta, qual seja, discutir a proposta da compensação
612 ambiental. Porque os senhores não têm como – em que pese possam se manifestar
613 – deliberar sobre um processo de licenciamento ambiental no qual os senhores não
614 têm competência, que foi deliberado na CMI. Eu só peço atenção. É minha
615 obrigação aqui, como presidente, firmar a nossa discussão, trilhar o nosso caminho.”
616 Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Eu acho até que aqui nós não estamos
617 discutindo o processo em si, mas uma questão maior que permeia várias discussões
618 nesta Câmara, vários processos de compensação, que passa na minha percepção,
619 essencialmente, por uma histeria que no passado foi criada e se colou em cima
620 dessa questão de Campos Rupestres Ferruginosos e que se tenta ressuscitar no
621 presente, mas, a meu ver, sem perspectiva de sucesso. Para fazer esse tipo de
622 separação entre as coisas – e aí no sentido filosófico do que seja a crítica –, eu acho
623 importante começar com o fato político maior que foi trazido pelo conselheiro da
624 Uemg, que é a questão do recorde do Atlas da SOS Mata Atlântica. No primeiro
625 ponto, fora o valor numérico que nós vamos tratar a seguir, Minas é sempre o
626 campeão de desmatamento, para a SOS Mata Atlântica, porque é assim que a ONG
627 quer que seja. Uma ONG criada e patrocinada pelo maior fabricante de celulose do
628 país, que mantém suas bases em Bahia, Espírito Santo, Sul do país, Rio. Onde eles
629 mantêm as florestas plantadas deles não é em Minas. E nesses lugares onde
630 existem essas áreas de interesse dos patrocinadores da ONG ali a Mata Atlântica
631 não é problema, o problema é em Minas, onde eles não têm área de interesse. Não
632 é problema no pequeno país que eles detêm em propriedades entre a cidade de
633 São Paulo e a cidade de Campinas, mas é problema no Norte de Minas. Agora, tem
634 uma questão metodológica interessante, que, se for usar o site da própria SOS Mata
635 Atlântica, vamos achar um paper curto, de três páginas, onde assinam Alberto
636 Komatsu, Debora Dias, Elder Monteiro, onde eles constatam que em Minas Gerais,
637 no período de 1985 até 2015, houve a regeneração de 60 mil hectares,
638 aproximadamente, de Mata Atlântica. O que isso quer dizer? E por que trazer esse
639 fato? É que essa medida de desmatamento que é colocada aponta apenas

640 supressão, não busca recuperação, não internaliza esse fato no conceito. E aí vem
641 o segundo ponto: Minas é tido como campeão de desmatamento, com 3.000
642 hectares. A ONG SOS Mata Atlântica reconhece como volume total de Mata
643 Atlântica disponível conservada hoje no Estado 3 milhões hectares. Isso é 1
644 milésimo. Você tem uma perda ou um gasto dentro de um processo qualquer de 1
645 milésimo, esse é um gasto muito baixo. A minha leitura permanece: Minas hoje é
646 muito competente e muito eficiente no controle do desmatamento ilegal em Mata
647 Atlântica, Cerrado, onde quer que seja. Um outro ponto, esse evento que aconteceu
648 na reunião da URC, uma pena que eu não pude estar presente, por causa de outras
649 agendas, apesar de ser conselheiro lá, mas assisti, posteriormente, por YouTube. E
650 aí vem uma questão que enxergamos, reiteradamente, nessa questão de Campos
651 Rupestres Ferruginosos e outras que vêm sempre com essa ideia de incêndio, 'é o
652 último', 'é o mais importante', 'é agora ou nunca', aquele argumento de autoridade.
653 Eu já vi ali, há muito tempo, quando se iniciou o debate, há dez anos, na figura do
654 Flávio do Carmo, alguém que subvertia a ideia do pensamento acadêmico do que
655 seja ciência para se colocar em um papel de argumento de autoridade, para dizer
656 'eu sei o que é Campo Rupestre Ferruginoso, não discordem de mim'. Mas cadê os
657 fatos, cadê os fundamentos? Esses raramente aparecem. E depois desse
658 argumento de autoridade o papel de militância, que aí, para minha surpresa, veio
659 também em outro professor, que não tinha muito dessa posição no passado, o
660 Schaefer, que sai de uma posição de acadêmico, de cientista distanciado do objeto
661 e passa a uma posição de militância ideológica clara com essa fala de 'Minas está
662 péssimo, a legislação precisa ser revista, tem que aumentar e muito a
663 compensação, isso, aquilo e aquilo outro. Na verdade, isso reflete uma pretensão,
664 a meu ver, ilegítima já colocada em matéria de COPAM, em todas as Câmaras isso
665 aparece de tempos em tempos, que é uma ideia de restrição e moratória. Parece
666 bonito, então pelo que já foi desmatado não se possa desmatar mais nada
667 legitimamente. Não é bonito, porque a consequência disso é colocar toda a
668 sociedade à margem da lei. E colocar toda a sociedade à margem da lei é,
669 automaticamente, abrir o caminho para que o ilegal prospere. A sociedade não vai
670 parar, as pessoas não vão parar suas, atividades, as pessoas não vão parar de
671 comer, não vão parar de usar bens de consumo, as necessidades não vão frear
672 porque esse ou aquele setor público decidiu que precisa de uma pausa para refletir
673 melhor sobre o que eu vou fazer. Minas vai bem no controle de desmatamento, a
674 meu ver, também porque passou a ter regra clara, direta. Cara, na verdade. Esse 2
675 para 1, aberrante, contrário à lei federal, pouco fundamentado, caro, mas claro. A
676 partir do momento que é claro e não vem no meio do desenvolvimento de um
677 empreendimento, de uma atividade, é internalizado. Tem algumas que não vão
678 caber para eles, outras cabem. Se está claro, as coisas acontecem, e o caminho da
679 ilegalidade é progressivamente menos interessante. Então o que eu enxergo é o
680 seguinte. O Campo Rupestre Ferruginoso individualmente considerado, aí é muito
681 peculiar do próprio professor Schaefer nessa palestra. Apesar desse arroubo
682 militante em relação à legislação, ele faz, em sentido inverso, a defesa de que não

683 enxerga diferença entre Campos Rupestres Ferruginosos e Quartzíticos. Enfim,
684 partindo do Campo Rupestre Ferruginoso, não é quantos hectares foram suprimidos
685 nos últimos anos, a questão mais relevante é: quantos hectares estão
686 irremediavelmente conservados. E pelo que pudemos perceber em reunião plenária
687 do COPAM, onde o presidente da Fiemg trouxe dados, medidos, isso de
688 irremediavelmente conservado, garantido vai de 70% a 80% da região do
689 Quadrilátero Ferrífero. Onde se vem falando em algo como um terço para garantir
690 um tipo de biodiversidade, mais de 50% do Quadrilátero é certeza. O que eu acho
691 difícil de entender e de aceitar é essa pretensão de que, para toda unidade de
692 conservação criada, ela esteja sempre se expandindo; toda conservação feita
693 induza a mais e mais conservação; e seja impeditiva a realização de todo e qualquer
694 empreendimento na imediação. Não pode ser assim, aí é a própria natureza do
695 obstáculo de se promover a conservação. Então a leitura que eu faço: temos, sim,
696 um bom sistema de controle de desmatamento ilegal. Apesar de que a grande
697 maioria do que consta dessa documentação da SOS Mata Atlântica é de
698 desmatamento legal, é um volume muito baixo, quase todo ele localizado no Norte
699 de Minas, que é a região de fronteira e conflito. Região Central do Estado, Região
700 Metropolitana de Belo Horizonte, Quadrilátero Ferrífero, quase nada. Até porque os
701 empreendimentos são pequenos, os conflitos são pequenos, a terra é mais valiosa,
702 a escala é menor. No Norte de Minas, a escala é muito maior, tem propriedades de
703 100 mil hectares. Dito isso tudo, eu tenho bastante tranquilidade, primeiro, de que a
704 Suppri não faz análises superficiais. Até por muitos e muitos processos de que já
705 vimos a discussão feita. Segundo porque o que vem para esta Câmara é o suficiente
706 para compensar, não para licenciar. E terceiro que, votando com a lei ou decidindo
707 conforme a legalidade, eu não corro nenhum tipo de risco de ser processado civil e
708 criminalmente. Aliás, processado, sempre temos risco em um país onde a
709 jurisprudência oscila de um extremo ao outro no prazo de uma semana. Mas de
710 perder o processo não tem. Na minha percepção, neste processo o que se
711 apresenta, perto ou longe do Parque do Gandarela, é a mesma coisa que já veio em
712 vários outros e não apresenta efetivo risco nenhum à conservação do Campo
713 Rupestre Ferruginoso, que, na minha percepção, está mais do que bem conservado
714 dentro do Quadrilátero Ferrífero.” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira: “Eu
715 gostaria de parabenizar o professor Alexandre pelo retorno de vista. Eu acho que é
716 uma aula novamente que ele deu, citando, inclusive, documentos que ainda não
717 foram publicados, mas que foram apresentados semana passada. No caso, é até
718 um colega de programa, o Nino, junto com a professora Sônia, um trabalho exemplar
719 de métricas da paisagem. Diferentemente desse discurso negacionista que fala mal
720 de ONG, que fala mal de pesquisador, um discurso quase presidencialista, podemos
721 dizer assim, são dados concretos, são dados pautados pela ciência. Diferentemente
722 desse discurso negacionista. Mas levando em consideração a questão das métricas
723 da paisagem, que foram levantadas. E também gostaria de levar em consideração
724 esses dados da SOS Mata Atlântica, que eu concordo com o nosso conselheiro
725 Adriano, que realmente esses dados estão errados. Porque ano passado o

726 MapBiomias lançou o mapeamento, e eu mesmo fiz esse levantamento comprando
727 com o desmatamento, e chegamos a quase 80 mil hectares de desmatamento. Esse
728 número eu não tenho aqui, até estou procurando nos meus documentos aqui, mas
729 posso fazer uma apresentação, se vocês permitirem, do desmatamento que
730 ocorreu, baseado no mapeamento do MapBiomias, no Estado de Minas Gerais. Eu
731 posso fazer esse levantamento e posso comparar com regeneração também. Então
732 eu fico à disposição para esses esclarecimentos e avisando que o Estado de Minas
733 Gerais, além de falhar na conservação da Mata Atlântica, falha na fiscalização do
734 CAR. Ontem teve uma apresentação, agora neste momento está tendo uma
735 apresentação do programa FIP, do Inpe, em que eles demonstraram como é
736 possível fiscalizar o CAR por amostragem, reconhecendo quais os imóveis que
737 tiveram mais desmatamento, quais os imóveis não respeitaram as suas reservas
738 legais, as suas áreas de APP, com 2 horas de geoprocessamento. Coisa que eu
739 faço, fico à disposição do Estado para aplicar a metodologia de amostragem que foi
740 apresentada ontem pelo Inpe. Eu recomendo que vocês entrem nesse seminário,
741 que neste momento está falando sobre incêndios florestais, que é outro grande
742 problema do desmatamento. Eu gostaria de encerrar a fala colocando a minha
743 disponibilidade para apresentar os dados de desmatamento. Eu posso fazer de
744 todos os anos de 85 até hoje, desmatamento x regeneração. Também posso fazer
745 apresentação sobre o que foi falado pelo Inpe sobre desmatamento e fiscalização
746 do CAR.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós agradecemos a
747 disponibilidade. Eu vou presidir somente esta reunião, mas solicito à Secretaria que
748 passe isso para o Malard para que em uma próxima reunião combine com você
749 alguma apresentação nesse sentido.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti:
750 “Eu não vou repetir nada do que o conselheiro Adriano Manetta mencionou, eu vou
751 entrar em outras questões aqui, mas inicialmente eu só queria dizer que confio muito
752 no trabalho da Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais e confio muito, por
753 óbvio, no trabalho da Suppri. E não vejo nenhum equívoco nesse parecer, como é
754 muito raro encontrar algum erro em alguma coisa que a Suppri faz, diante da
755 capacidade técnica e jurídica que a equipe tem. E eu tenho muita segurança em
756 votar nos processos com pareceres da Suppri e por esse motivo que a Suppri
757 cumpre muito bem um princípio da administração pública que é o princípio da
758 legalidade e segue bem o que a legislação determina. Eu queria dizer o seguinte,
759 que eu assisti boa parte da apresentação do professor Carlos Schaefer naquele
760 debate que foi citado aqui e tenho um grande apreço e uma grande admiração pelo
761 trabalho do professor Carlos Schaefer na Universidade Federal de Viçosa. E
762 entendo que, quando o professor Schaefer fala daquilo que ele conhece bem, que
763 é similaridade, que é identificação de áreas, ele se sai de forma espetacular. Mas
764 quando ele vai tratar e tratou de coisa que não é a área dele, que é a legislação,
765 acaba por deixar a desejar, quando ele, dentro da sua apresentação, inclusive, cita
766 legislação revogada, que é o caso da DN 73 aqui em Minas Gerais. E aí, tratando
767 daquilo que ele conhece muito bem, tem um estudo do próprio Carlos Schaefer, que
768 ele coloca na sua apresentação, de que 69% da área do Quadrilátero Ferrífero hoje

769 são preservados. Se passamos da cota mil, que é geralmente onde estão os
770 Campos Rupestres, isso aumenta para 83,5%. Isso não sou eu que estou dizendo,
771 é o próprio Carlos Schaefer. E aí se formos olhar, qualquer país do mundo, qual que
772 tem área preservada acima de 83% como olhamos a cota mil aqui? E eu queria dizer
773 que, quando o professor Carlos Schaefer fala que a compensação de supressão de
774 Campo Rupestre deveria ser de 3 para 1 – ele fez isso na apresentação dele –, ele
775 queria afirmar que ela já é hoje muito mais do que 3 para 1. Se pegar uma supressão
776 de Campo Rupestre Ferruginoso aqui na região do Quadrilátero Ferrífero, uma
777 mineração que fizer essa supressão de Campo Rupestre Ferruginoso vai pagar aqui
778 em Minas Gerais 2 para 1 da Mata Atlântica, o que já é ilegal, porque a lei federal
779 fala em 1 para 1; vai pagar 1 para 1 da compensação minerária – então só aí já dá
780 os 3 para 1 que ele defende; vai pagar a compensação por intervenção em APP,
781 porque provavelmente isso vai estar em uma cota de altitude em que há APP ou vai
782 ter uma declividade ou outras questões, visto que o Quadrilátero Ferrífero boa parte
783 é área de preservação permanente; se tiver espécie ameaçada de extinção ou
784 espécie protegida por lei, vai também fazer essa compensação, além de pagar a
785 compensação da Lei do Snuc em valor que podemos transformar em hectares. E aí,
786 para dar dados aqui, eu vou dizer o seguinte, que nos últimos dez anos o setor
787 produtivo aqui de Minas Gerais contribuiu com mais de R\$ 500 milhões em
788 compensação ambiental; contribuiu com 30 mil hectares, nos últimos sete anos, em
789 destinação de área para cumprimento de compensação. E aí, se fizermos uma
790 análise em relação àqueles 3.000 hectares que o Adriano Manetta falou que são o
791 desmatamento de Mata Atlântica que a SOS Mata Atlântica identificou, só aí tem
792 dez vezes mais do que a SOS Mata Atlântica falou. E aí complementando, por fim,
793 naquilo que o professor Carlos Schaefer entende bem, esses dados, e além disso
794 no próprio trabalho que ele apresentou naquele dia ele disse que demonstra ali uma
795 similaridade entre Campo Rupestre Ferruginoso e Campo Rupestre Quartzítico,
796 corroborado em uma tese da Ana Amoroso, que ele, inclusive, cita na apresentação.
797 Então eu queria dizer que concordo muito com o professor Schaefer naquilo que é
798 realmente a grande expertise dele, de identificação de similaridade de áreas, mas
799 fazendo esse adendo a pontos em que não vejo esse fundamento tão bom na
800 apresentação dele.” Conselheiro Junio Augusto dos Santos Silva: “Eu concordo com
801 as ponderações – algumas delas – do professor Alexandre, concordo com o Thiago
802 em relação a essas questões também, apesar de que nós já analisamos e
803 acertamos alguns tipos de compensação 3 para 1 também, talvez até mais, de
804 comum acordo com a empresa. Independente da legislação, se não é legal,
805 ponderamos do ponto de vista técnico. E sempre em respeito à técnica. E o único
806 fato que eu acho triste e desagradável é que o conselheiro Adriano Manetta foi
807 levantar questões de militância. Eu acho bastante desrespeitoso vir a um Conselho
808 e, para tentar desmerecer a fala de outro conselheiro, levantar questões de
809 militância e desdenhar das manifestações. Eu acho que não cabe aqui. Eu acho isso
810 um lugar comum que está se tornando frequente para desvalorizar a fala, digamos
811 assim, de um oponente, de entender por ideias opostas. Eu acho que nós

812 deveríamos nos ater aos fatos do que realmente está apresentado. E também eu
813 acompanhei, vi o parecer da Suppri. Considerando a questão de citações
814 bibliográficas, se há alguma coisa a se falar, eu acho que nós devemos deixar aberto
815 para que os profissionais que elaboraram o parecer técnico venham fazer a
816 manifestação. Eu só acho que devemos eliminar esse tipo de situação de levantar
817 questões de militância. Eu acho que aqui não existe militância, entendo que não
818 existe. Existem ponderações técnicas de profissionais que se respeitam. Eu acho
819 que trilhar por esse caminho não é uma coisa muito agradável. É só o que eu tenho
820 a dizer.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu sempre gosto de citar esses
821 pensadores e gosto muito de uma frase do Carlos Drummond. Estamos falando aqui
822 em relação à mineração, ele que é de uma cidade mineradora tem uma frase falando
823 que ‘dialogar é dizer o que pensamos e suportar o que os outros pensam’. Nós
824 estamos aqui em um Conselho, então temos aqui opiniões diversas, representamos
825 aqui entidades diversas, então temos que entender, escutar e discutir sempre
826 respeitando aquele outro conselheiro, no que pese eu ter entendido, pela fala do
827 Adriano Manetta, que ele não ofendeu ninguém. É o meu pensamento. Mas eu vou
828 só pedir aos senhores, vamos manter o respeito, como eu sei que os senhores aqui
829 sempre mantêm em relação ao modo de pensar ou falar do outro conselheiro.”
830 Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Obrigado, presidente, obrigado,
831 colegas. Eu quero só pontuar algumas questões em relação às falas que tivemos
832 até agora. Primeiro, o meu parecer focou, essencialmente, a maior parte dele,
833 questões técnicas pertinentes a compensação ambiental. Então a grande maioria
834 dos tópicos gerais que foram apresentados são referentes a compensação
835 ambiental, que é atribuição desta Câmara. Então não acho que tenha nada de
836 equivocado. Eu fico, de fato, lamentando a fala do conselheiro da CMI, que
837 apresenta um parecer feito com tanto cuidado como esse como uma histeria. É triste
838 – eu acho que os colegas já falaram sobre isso –, eu não vou também discutir sobre
839 a competência e a qualificação técnica da SOS Mata Atlântica para produzir e
840 trabalhar com monitoramento, não só da Mata Atlântica, no caso do Inpe, mas dos
841 ecossistemas brasileiros. Essa fala eu entendo que é desrespeitosa ao terceiro
842 setor, é desrespeitosa à universidade, é desrespeitosa aos pesquisadores, é
843 desrespeitosa aos produtores de dados, aos fatos, às informações, como é
844 desrespeitoso o atual governo nacional. Quando tem um governo que legitima o
845 negacionismo, isso logicamente traz um efeito cascata, que é o que observamos
846 aqui. Chegamos ao ponto bizarro de não ter nem o IBGE, o levantamento do IBGE,
847 a pesquisa do IBGE. Enfim, isso não me cabe falar aqui. Eu queria pontuar que as
848 pesquisas acadêmicas têm um papel muito importante para subsidiar decisões, para
849 subsidiar a tomada de decisão. E é isso que eu entendo que o órgão ambiental faça
850 nas suas Câmaras Técnicas. Enfim, se estamos em uma sociedade em uma fase
851 tão negacionista, cabe a nós pesquisadores e cientistas atuarmos como ativistas.
852 Honestamente, eu me sinto cumprindo meu papel. Muito pelo contrário, pode me
853 chamar de ativista, tenho orgulho desse título. Talvez o conselheiro da CMI tenha
854 se equivocado um pouco com o entendimento da fala do professor Carlos, onde ele

855 traz não que Campos Rupestres... O que ele disse, no meu entendimento, nos dados
856 e nos artigos, é que Campos Rupestres Ferruginosos podem ser mais semelhantes
857 e mais próximos do que Campos Rupestres Quartzíticos do que a gente vem
858 entendendo. E essa é uma questão que está na mesa da ciência, e há estudos e
859 esforços tentando entender melhor esse grau de equivalência. O conselheiro da CMI
860 fala de aumento das UCs. Eu queria saber de onde vêm esses dados, essas
861 observações. Luiz Gustavo, da Amda, já vi que você já mandou alguma coisa aqui
862 no bate-papo da reunião, mas, se eu puder colaborar em qualquer coisa nessa
863 apresentação a que você se predispôs a trabalhar e a fazer, por favor, conte comigo,
864 eu acho que seria muito bem-vinda e necessária neste Conselho. Eu fico me
865 perguntando, ao ouvir a fala dos conselheiros da CMI e da Fiemg, qual é a formação
866 técnica que eles têm em biodiversidade e ecologia para cancelar quaisquer
867 pareceres sem uma visão crítica. Isso é diferente de qualquer formação acadêmica
868 que eu conheça e me surpreende um pouco. Eu acho que é isso, perante essas
869 falas até agora. Eu queria falar para o pessoal da Suppri, estou vendo aqui o nome
870 da Marina e me parece que tem uma outra pessoa, se não me engano, a Karla.
871 Marina, Karla, Rodrigo, demais colegas da Suppri, eu queria reafirmar o meu sincero
872 respeito técnico, o meu sincero respeito como colega de área técnica de vocês. O
873 meu parecer, em momento nenhum, quis soar desrespeitoso. E eu queria deixar o
874 meu entendimento, posso estar errado, é um julgamento de valor. Pesquisador e
875 ciência, se não coletamos dados, não temos evidências empíricas, mas eu tenho a
876 impressão de que vocês talvez sejam subjugados a questões maiores, enfim. Mas
877 hora nenhuma eu desrespeito o trabalho que vocês fazem. Eu queria deixar isso
878 claro.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, eu vou
879 passar a palavra para os senhores, mas peço atenção ao item de pauta, vamos nos
880 ater ao item de pauta. Eu acho que o que nós discutimos aqui das falas em relação
881 ao dito pelo professor Schaefer foi mais discutido do que o próprio ponto de pauta
882 que temos aqui em debate, em julgamento. Senão nós vamos ficar aqui com falas,
883 réplicas e tréplicas, e deixar o processo do item de pauta que está em julgamento,
884 que devemos debater. Não estou falando que as discussões não sejam profícuas,
885 não sejam interessantes, eu gostei muito até da ponderação que foi feita pelo Luiz
886 Gustavo, que às vezes algo mais abrangente poderia vir em uma apresentação
887 apartada para colocar todo esse arcabouço de conhecimentos que os senhores têm
888 aqui para ter um debate maior. Mas eu peço, encarecidamente, vamos nos ater ao
889 ponto de pauta para darmos andamento à nossa reunião.” Conselheira Juliana
890 Ordones Rego: “Senhor presidente, eu gostaria de, rapidamente, voltar ao ponto
891 que foi comentando sobre Campo Rupestre, porque acho que também faz parte
892 desse processo. E posteriormente eu falo sobre o processo. Vai ser rápido. O ponto
893 que se refere a Campo Rupestre, eu falei, no início da reunião, da importância desse
894 diálogo. Então eu reforço aqui e quero ressaltar a importância dos dois palestrantes
895 a convite do Sisema. Então eu acredito que o Sisema também sabe da importância
896 desses dois pesquisadores tanto na academia quanto fora da academia. Então eu
897 acho desrespeitoso falar desses dois pesquisadores, que são reconhecidos na sua

898 área de expertise. Eu só queria reforçar que, como eu falei no início da nossa
899 reunião, esse diálogo é muito importante, então acho que deve continuar e deve vir
900 com a expertise desses palestrantes, que são reconhecidos pelos pesquisadores, e
901 também com a expertise, por exemplo, dos nossos colegas que entendem de
902 legislação. Eu acho que o diálogo se faz com as duas partes, cada um dentro da
903 sua expertise. Com relação ao processo, eu também vou ser breve. Eu considero
904 que o relatório do professor Alexandre foi muito minucioso, traz informações
905 técnicas relevantes, só que acredito que ele, de fato, transcende o que diz respeito
906 à parte de compensação. Eu acredito, no que diz respeito a esse processo, que os
907 técnicos da Suppri vão poder responder no que diz respeito a compensação. Eu
908 acho que há algumas falhas, sim, como a localização da bacia, como a área que foi
909 citada em uma página e, em outra, em outra dimensão. Então eu acredito que todos
910 esses pontos os técnicos da Suppri poderão responder.” Conselheiro Adriano
911 Nascimento Manetta: “Senhor presidente, até pedindo desculpa pelo desvio de foco,
912 mas eu acho que não soube me expressar bem e causei um certo mal-estar. O
913 conselheiro Thiago soube se expressar muito melhor sobre o que eu queria dizer,
914 que é o seguinte: quando eu falava de militância, o que eu dizia era exatamente do
915 momento em que uma pessoa que é especialista em um tema, credenciada naquele
916 assunto, parte do argumento de autoridade que esse credenciamento possui para
917 falar de um outro assunto que não é do conhecimento da profundidade dela. Nesse
918 momento em que sai desse ponto de conhecimento, desse ponto onde há, de fato,
919 uma autoridade científica estabelecida, essa é a hora que eu coloquei essa infeliz
920 palavra que dizia sobre militância. Não uso novamente por aqui. E certamente não
921 sobre os colegas conselheiros, a referência aos outros cientistas que se
922 apresentaram na reunião da URC, e até com um ponto de tristeza, porque no
923 passado eu já vi apresentações como essas que ficaram no campo do
924 distanciamento científico, e essa não foi o caso. Só esse mea-culpa.” Conselheiro
925 Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Só pelo questionamento feito pelo conselheiro
926 Alexandre sobre a minha formação, primeiro, presidente, só por conta dessa citação,
927 e vou ser muito rápido. Peço desculpa por não ser sobre o processo. Primeiro, para
928 dizer o seguinte. Quem me dá a legitimidade para falar sobre o tema de meio
929 ambiente dentro do COPAM não é a Uemg, não é o conselheiro Alexandre, é a
930 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Segundo, que o Conselho é
931 formado por pessoas multidisciplinares, de todas as formações e que trazem aqui o
932 posicionamento de suas instituições e não pessoais. Terceiro, sobre a minha
933 formação, eu atuo há 17 anos em meio ambiente, sou advogado, formado em 2008
934 pela Universidade Fumec e tenho mestrado em sustentabilidade pela Universidade
935 Federal de Ouro Preto. Então eu me sinto totalmente capaz de discutir qualquer
936 assunto sobre meio ambiente aqui dentro do COPAM, até porque o presidente da
937 minha instituição confia em mim e me dá legitimidade para isso. Então é isso que
938 eu queria trazer e vou continuar me manifestando toda vez que achar que tem algo
939 errado.” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira: “Somente para corrigir um dado
940 que eu comentei. Eu já coloquei um mapeamento que nós fizemos do MapBiomias

941 no chat. Mas é só uma correção. Eu havia falado que Minas Gerais perdeu 85 mil
942 hectares de Mata Atlântica, mas na verdade foram quase 42 mil hectares de
943 formação florestal e 85 mil hectares de formação natural no bioma Mata Atlântica. E
944 restando apenas 15% da formação total que nós temos hoje no Estado. Então só
945 corroborando com o parecer de vista, que cita que a compensação deveria ocorrer
946 de 1 para 3, a sugestão é justamente por conta de que só restam esses 15%, e o
947 nível de desmatamento está aumentando. E novamente fico à disposição para
948 comparar o desmatamento com a regeneração, o que realmente eu não coloquei
949 aqui. Mas eu já fiz isso para outras regiões do Estado, e realmente houve uma
950 regeneração muito grande até 2005 no Estado, mas, após 2005, houve o aumento
951 do desmatamento em relação à regeneração. Mas eu fico disponível.” Presidente
952 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a disponibilidade. Qualquer coisa,
953 conselheiro, se o senhor puder mandar esses documentos e esses arrazoados que
954 o senhor, podemos encaminhar para os demais conselheiros, e, posteriormente, o
955 Malard verifica a possibilidade dessa apresentação do senhor, da discussão e dos
956 debates.” Elisa Marcos/representante do empreendedor: “Bom dia, senhor
957 presidente, bom dia aos demais conselheiros. Eu vou me ater ao item de pauta, à
958 proposta de compensação e informar que todos os questionamentos elencados no
959 parecer do conselheiro Alexandre podem ser esclarecidos no processo de
960 licenciamento, que tem sido analisado pela equipe técnica da Suppri desde
961 novembro de 2019, minuciosamente, analisado. O processo está em análise desde
962 2019. O empreendimento está, sim, no entorno da unidade de conservação da Serra
963 do Gandarela. Se o senhor puder observar, senhor conselheiro, o direito minerário
964 do empreendedor é de 1940, anterior à criação do Parque Nacional da Serra do
965 Gandarela. Quando foi criado, o Parque Nacional da Serra do Gandarela absorveu
966 mais de 80% desse direito minerário. Então o empreendimento está no entorno
967 exatamente porque o parque nacional foi criado em cima do direito minerário. A
968 proposta de compensação se dá na proporção adequada, de 2 para 1, uma proposta
969 de 24,2007 hectares, com 12,0895 hectares de intervenção, e foi apresentada em
970 consonância com o artigo 49 do Decreto 47.749. Quaisquer outras dúvidas técnicas
971 podem ser respondidas pela equipe técnica da Suppri no processo de licenciamento
972 em que eles estão debruçados para concluir essa análise.” Presidente Yuri Rafael
973 de Oliveira Trovão: “Eu vou chamar a equipe da Suppri e quero, inicialmente, que
974 quem for se manifestar pela Suppri, só para me subsidiar, embora estamos
975 discutindo até o momento aqui sobre o processo, em relação à pertinência –
976 considerando o parecer de vista do conselheiro da Uemg –, de manter o processo
977 em pauta. Ou, caso seja retirado, se vai vir algo diferente. Porque, no meu
978 entendimento, para o processo ser retirado de pauta ou baixado em diligência, tem
979 que vir algo novo, uma dúvida que não possa ser sanada aqui no momento da
980 reunião. Eu não tirei até o momento, mas, caso haja concordância por parte da
981 equipe da Suppri, nós tiramos o processo de pauta.” Mariana Antunes
982 Pimenta/Suppri/SEMAD: “Os erros que estão no processo são simplesmente erros
983 materiais que podem ser corrigidos agora. Não tem prejuízo nenhum manter o

984 processo em pauta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Com essas
985 considerações e até mesmo pela discussão que vai vir, eu mantenho o processo em
986 pauta.” Giovana Randazzo Baroni/Suppri/SEMAD: “Primeiramente, eu gostaria de
987 ressaltar que a Secretaria de Meio Ambiente preza pela sustentabilidade, analisando
988 e avaliando, criteriosamente, os impactos ambientais das atividades potencialmente
989 poluidoras, bem como as compensações ambientais, em decorrência dessas
990 intervenções. Assim, em que pese o brilhantismo das manifestações do professor e
991 nosso conselheiro Alexandre, agradeço o reconhecimento, mas gostaria de fazer
992 algumas considerações e manifestações. Ao contrário do que foi afirmado, não é
993 que a compensação quase sempre se dá exclusivamente por regularização fundiária
994 de unidade de conservação, como foi dito por ele no seu parecer. É que, na verdade,
995 o Decreto 46.953/2016 confere à CPB a atribuição de aprovar as compensações
996 ambientais em decorrência de intervenção no bioma Mata Atlântica, quando houver
997 regularização fundiária de unidade de conservação. Então se não houver,
998 logicamente, regularização fundiária de unidade de conservação a compensação
999 será tratada no Parecer Único e devidamente apreciada pelas Câmaras Técnicas
1000 responsáveis. No caso da mineração, é a CMI. E a compensação nos moldes em
1001 que foi proposta pelo empreendimento Mineração Nossa Senhora do Sion encontra
1002 respaldo jurídico que atende aos critérios legais, bem como a dimensão da área a
1003 ser compensada em virtude de supressão de Mata Atlântica, atende nos termos do
1004 Decreto 47.749, prevendo a compensação em dobro da área suprimida. E no que
1005 tange ao critério locacional as áreas propostas localizadas em unidade de
1006 conservação pendente de regularização pertencem à mesma bacia hidrográfica, no
1007 mesmo Estado do empreendimento, inclusive, são de propriedade da própria
1008 empresa. Discordando ainda de outro ponto citado pelo ilustre conselheiro
1009 Alexandre, Minas Gerais é um dos poucos, senão o único Estado, a exigirem a
1010 compensação em dobro da área suprimida. A própria Lei 11.428/2016, que
1011 regulamentou a utilização e proteção do bioma Mata Atlântica no âmbito federal,
1012 nem exigiu essa compensação em dobro da área suprimida. Com relação ao critério
1013 3 em 1, acredito que a tese citada pelo conselheiro Alexandre, defendida, é bastante
1014 respeitada, contudo, depende de alteração na legislação vigente. Isso é matéria
1015 reservada ao legislador. E nós aqui, enquanto servidores públicos, temos o
1016 poder/dever, em razão do princípio da legalidade, de cumprir integral e fielmente as
1017 normas jurídicas, até que as mesmas sejam porventura declaradas inválidas pelo
1018 poder competente. E aqui no caso não é a CPB a analisar isso. Com relação à
1019 similaridade ecológica, a legislação ambiental vigente não adotou como requisito
1020 essencial na regularização fundiária a similaridade ecológica, ela exigiu tão somente
1021 o critério locacional e o quantitativo em dobro da área suprimida. O Decreto 47.749
1022 não vai de encontro ao que está previsto na Lei 11.428, ele apenas reafirma essa
1023 dispensa de similaridade ecológica, já trazida anteriormente pelo próprio Decreto
1024 Federal 6.660/2018, que, inclusive, não exigiu essa similaridade. E ele regulamentou
1025 a própria lei federal, dispensou a similaridade ecológica, não tendo que se falar
1026 assim de qualquer ilegalidade do nosso decreto, até mesmo porque as normas

1027 permanecem válidas e vigentes até que o órgão competente as declare ilegais e, se
1028 for o caso, inconstitucionais. E nós, enquanto servidores públicos, estamos
1029 obrigados a cumprir fielmente a legislação vigente. Por fim, a compensação
1030 ambiental por regularização fundiária proposta pela empresa Mineração Nossa
1031 Senhora do Sion atende integralmente os requisitos impostos pela nossa legislação
1032 vigente. Eu vou passar a palavra para a Mariana, que vai falar sobre os aspectos
1033 técnicos do parecer.” Mariana Antunes Pimenta/Suppri/SEMAD: “Como a Giovana
1034 já disse, o nosso parecer, a nossa análise se ateve à legislação, nós não estamos
1035 sujeitos a interesses maiores, estamos simplesmente atuando enquanto técnicos na
1036 Secretaria de Meio Ambiente. E a solicitação que a empresa fez é lícita e deve ser
1037 avaliada e respondida dentro das regras vigentes. Mas eu gostaria de pedir,
1038 primeiro, desculpas porque houve, sim, erros materiais no parecer técnico, mas que
1039 agora na Câmara temos a oportunidade de corrigir. O primeiro deles é sobre o
1040 tamanho da área. A área do projeto, a ADA, é de 12,8317 hectares. No entanto, a
1041 área passível de compensação é de 12,0895 hectares. Essas áreas estão descritas
1042 ao longo do parecer, mas existe um erro material na página 2, linha 18, como bem
1043 apontado pelo conselheiro Alexandre. Eu peço desculpas. Esse erro passou. Apesar
1044 de o parecer ser feito a várias mãos e ser corrigido, às vezes erros acontecem. Mas
1045 eu acredito que não há prejuízo, principalmente porque a informação da área que
1046 está sendo compensada é reiterada ao longo do parecer de que se trata somente
1047 de 12 hectares. Sobre a bacia hidrográfica, foi feita uma análise técnica dos critérios
1048 ambientais, como a Giovana já falou, que fala que a área de compensação de
1049 supressão se encontra na mesma bacia hidrográfica. Mas houve um problema
1050 referente ao município, sim. O que foi encaminhado pelo empreendedor cita o
1051 município de Itabirito erroneamente, e nós não fizemos essa conferência do
1052 município, mas realmente está no município de Santa Bárbara. Então gostaríamos
1053 de retificar que a área de compensação está no município de Santa Bárbara, mas
1054 que isso não prejudicou a análise dos critérios ambientais e legais para a
1055 compensação. De novo, desculpa pelo erro, mas estamos em tempo de corrigi-lo.
1056 Sobre a questão de o empreendimento estar na zona de amortecimento do Parque
1057 Nacional Serra do Gandarela, isso é tratado no processo de licenciamento. O
1058 conselheiro Alexandre fala sobre diversas omissões que o parecer teve referente ao
1059 acesso, ao impacto espeleológico. Todos esses aspectos serão tratados no
1060 processo de licenciamento, não podemos trazer antes, inclusive, porque não é
1061 competência desta Câmara e porque a análise não está concluída. Então somente
1062 quando o Parecer Único estiver concluído por uma equipe multidisciplinar vamos
1063 levar para a Câmara Técnica competente, que vai avaliar isso. Então não houve
1064 omissão deliberada, não houve uma negligência da equipe da Suppri nesses
1065 aspectos. Nós simplesmente vamos tratar isso no foro adequado. Sobre a
1066 supressão ser de Campo Rupestre Ferruginoso, apesar de ser um alto percentual
1067 da área ocupada por Campo Rupestre Ferruginoso, a área em números absolutos
1068 é pequena, e é por isso que fazemos análise de que a fragmentação é baixa e de
1069 que o potencial de impacto é baixo. Mas com certeza isso não exime a empresa, o

1070 empreendimento, de medidas compensatórias e de controles, que vão ser tratadas
1071 no Parecer Único, que é o instrumento adequado para isso. Sobre a compensação
1072 de espécies ameaçadas, objetivamente, o conselheiro fala que precisamos de mais
1073 detalhamentos, de referências bibliográficas para poder citar, e nós falamos que o
1074 parecer técnico não é um artigo científico, ele tem outros objetivos. Ele
1075 simplesmente reflete a análise da equipe técnica. E a informação de ampla
1076 distribuição se encontra em estudos apresentados pelo empreendedor e em
1077 análises técnicas da própria Suppri. E por causa desse problema, especificamente,
1078 sobre as espécies ameaçadas presentes na área, a Suppri tratou de compor um
1079 Grupo de Trabalho, junto com o IEF, para poder ajudar na regulamentação das
1080 compensações por supressão de espécies ameaçadas previstas no Decreto 47.749.
1081 O resultado desse Grupo de Trabalho vai ser encaminhado ao IEF neste mês para
1082 apreciação e está em discussão no órgão neste momento. Então não só a Suppri
1083 não se exime de fazer essa discussão, como apoia, sim, o órgão ambiental em
1084 melhorar as práticas para fazer a compensação correta, com o melhor conhecimento
1085 legal disponível. No entanto, essas compensações não são de competência da CPB.
1086 Então não podemos trazê-las aqui neste momento, elas vão ser tratadas no Parecer
1087 Único para apreciação da Câmara Técnica competente. E nós achamos que a
1088 hierarquia de mitigação é, sim, fundamental e é aplicada em todas as análises da
1089 Suppri. No entanto, a nova legislação é muito rígida em certos quesitos,
1090 principalmente em compensação. Então essas compensações são obrigatórias,
1091 devem ser prévias e têm que ser tratadas em um ambiente específico. Por isso elas
1092 não são discutidas a posteriori, e por isso a hierarquia da mitigação, que é discutida
1093 no Parecer Único, vem depois, mas a análise é pautada, sim, por essa ideia. Sobre
1094 os impactos de fauna, também serão tratados no Parecer Único. E ressaltamos que
1095 não estamos ignorando o maior conhecimento científico disponível, simplesmente
1096 estamos seguindo a legislação e apoiamos qualquer medida para melhorar a análise
1097 e a legislação no que couber. Qualquer outra dúvida, estamos à disposição.”
1098 Conselheiro Leandro Eustáquio: “Eu fiz a observação, no início da reunião de hoje,
1099 e a área proposta para compensação nesse caso, nesse processo, Mariana, eu
1100 acho que você se equivocou. Desculpe se eu tiver entendido errado. Está dentro da
1101 área do Parque do Gandarela, não na zona de amortecimento. Pelo menos, é o que
1102 informa o item 3 do parecer, que diz, de forma bem clara, o que eu acabei de falar.
1103 E o que eu falei no início da reunião de hoje é que o ICMBio não estaria
1104 homologando esse tipo de doação de áreas dentro de unidades de conservação
1105 federal. Por isso, por mais que aprovemos a proposta do jeito que foi apresentada,
1106 se o ICMBio não homologar, isso não vai adiante. Inclusive, o empreendedor pode
1107 correr o risco de ser autuado porque ele não vai cumprir o termo de compromisso
1108 por ele mesmo assinado. Então fica essa ressalva mais uma vez.” Mariana Antunes
1109 Pimenta/Suppri/SEMAD: “Só reforçar que o ICMBio se manifesta no processo de
1110 compensação dizendo que a área está pendente de regularização e que tem
1111 interesse de sua regularização. Essa manifestação se encontra anexada, então faz
1112 parte do processo. Sobre a concretização disso, realmente, não tem informações,

1113 então não consigo dizer, mas o ICMBio é, sim, ouvido. E, sim, a ADA está no
1114 entorno, e a compensação está no interior do parque. Desculpa se eu me
1115 equivoquei, mas é isso, a ADA está no entorno da zona de amortecimento, e a área
1116 de compensação, no interior da unidade de conservação.” Conselheiro Alexandre
1117 Túlio Amaral Nascimento: “Obrigado, Marina, obrigado, Giovana, pelos
1118 esclarecimentos. Eu queria ainda manter alguns questionamentos. Eu acho que o
1119 primeiro deles, que está no meu retorno de vista, mas que não incluí nas questões
1120 que eu li, é o seguinte. São algumas perguntas. Quais os cuidados e as
1121 recomendações que incidem sobre as espécies ameaçadas durante essa pretensa
1122 supressão? São previstos o resgate de espécimes e o desenvolvimento de
1123 pesquisas estratégicas visando avançar em técnicas de restauração de Campos
1124 Rupestres e de suas paisagens? Isso está no ponto 9 do meu documento. Eu queria
1125 colocar também, na verdade, solicitar algum tipo de esclarecimento sobre o ponto 3
1126 do parecer. Por mais que seja dito, recorrentemente, que muitas das questões que
1127 eu pontuo são afeitas à Câmara Minerária, essa questão me causa muita dúvida.
1128 Porque estamos na Câmara de Proteção à Biodiversidade e Áreas Protegidas, e aí
1129 questões mais profundas de impactos de fauna, de impactos à biodiversidade vão
1130 ser tratadas em outra Câmara? Me causa muita estranheza. Então eu queria
1131 entender se, de fato, vai haver uma estrada de acesso a esse empreendimento
1132 cortando o parque, quais são os impactos disso, quais são os desdobramentos
1133 disso. Essa estrada não deveria estar como área afetada pelo empreendimento?
1134 Obviamente, afetada pelo empreendimento, caso seja isso mesmo. Eu entendo
1135 também que espeleologia e cavernas sempre trazem uma série de endemismos,
1136 uma série de particularidades em termos de biodiversidade, e me causa muita
1137 estranheza que essas questões não sejam esclarecidas nesta na Câmara de
1138 Proteção à Biodiversidade. Nós estamos falando de uma região muito especial,
1139 inclusive com uma paleotoca que é a maior conhecida em termos mundiais. Então
1140 é uma questão muito séria, um patrimônio muito sério, estamos aprovando aqui
1141 questões muito sérias e não estamos tendo clareza. Eu quero também reforçar,
1142 estamos em um meio em que a linguagem jurídica é sempre a linguagem de frente,
1143 e eu não acho que isso seja equivocado. Mas acho que devemos também respeitá-
1144 la em todos os termos, inclusive quando ela diz que ‘empreendimentos que
1145 abrigarem espécies da flora e da fauna silvestre ameaçadas de extinção, exercer a
1146 função de proteção de manancial, formar corredores e proteger o entorno de
1147 unidades de conservação’ possam ser, inclusive, descartados do licenciamento. A
1148 lei é muito clara nessa vedação desse tipo de empreendimento, inclusive com a
1149 impossibilidade de licenciá-lo. E isso não é discutido aqui. Se estamos atendendo a
1150 todas essas alíneas do artigo 11.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu
1151 vou passar a palavra à Mariana para esclarecer, mas, no que pese o senhor falar
1152 que causa estranheza, estranheza é sanada na lei. Se o senhor pegar o Decreto
1153 46.953, o senhor vai ver lá quem é competente para tal situação. Então o senhor
1154 aqui não vai ver uma compensação a intervenção feita em uma caverna, porque
1155 quem é competente para apreciar isso é quem aprecia o processo de licenciamento

1156 ambiental. Vai ser a CMI. Então isso não vai vir para cá. A estranheza o senhor pode
1157 saná-la no Decreto 46.953, que o senhor vai ter ali as competências definidas.”
1158 Mariana Antunes Pimenta/Suppri/SEMAD: “Senhor conselheiro, sobre a questão do
1159 acesso, na verdade, o mapa apresentado trata do acesso mais curto ao local do
1160 empreendimento e não da rota de escoamento dos produtos, que se dará em
1161 estrada municipal em Barão de Cocais, a princípio. Mas, de novo, isso está sendo
1162 analisado por uma equipe multidisciplinar e não só por mim, que respondo pela parte
1163 de Agenda Verde de meio biótico. Então todos os impactos referentes ao
1164 deslocamento, ao escoamento do produto serão analisados por uma equipe
1165 composta por geógrafos, sociólogos, e vamos analisar todos os aspectos referentes
1166 a isso. Com certeza, qualquer impacto também pode ser manifestado pela unidade
1167 de conservação, então nossa análise também não se esgota nesse sentido. Sobre
1168 as questões de competência, o Yuri já falou, não estamos negligenciando isso, os
1169 aspectos espeleológicos referentes à paleoteca, ao potencial espeleológico e
1170 possível intervenção em cavidade vão ser tratados no Parecer Único. Não podemos
1171 trazer isso para a CPB neste momento. E a compensação é um dos critérios prévios
1172 para análise de viabilidade, ela tem que ser prévia. Então todos os critérios
1173 referentes às vedações da Lei da Mata Atlântica são abordados, sim, no nosso
1174 Parecer Único. A questão de espécies ameaçadas, a questão de proximidade de
1175 mananciais, de unidade de conservação, tanto em pedidos de anuência para o
1176 Ibama, quando existe, e no Parecer Único, normalmente. Então esses critérios não
1177 são negligenciados pela Suppri e pela equipe técnica, eles só não aparecem aqui
1178 neste momento porque não é o foro adequado.” Conselheiro Junio Augusto dos
1179 Santos Silva: “Dando uma contribuição também, para deixar claro para o Alexandre,
1180 por exemplo, quando nós recebemos uma solicitação de anuência do Estado,
1181 fazemos uma análise profunda e também agregamos vários condicionantes em
1182 relação a programas ambientais, como monitoramento de espécies ameaçadas,
1183 inclusive de espécies da flora e da fauna. Nós pedimos um detalhamento maior
1184 desses programas. Talvez isso não fique evidente na demanda na hora que se
1185 apresenta, mas tem outros vários fatores ocorrendo. Uma das coisas que nós
1186 fazemos é isso. E apesar de as nossas condicionantes nós entendermos que hoje
1187 estão bastante robustas, as condicionantes de anuência, isso é quando é devida a
1188 anuência, porque muitas vezes o processo passa direto porque a legislação
1189 estabelece 3 hectares em área urbana e a partir de 50 hectares em área rural. Mas
1190 nós damos essa contribuição. Foram anos de trabalho melhorando a formulação
1191 dos procedimentos normativos. Então eu acho que isso também talvez não
1192 transpareça neste momento aqui e dê a impressão de que isso não é agregado lá
1193 na frente, mas vai dar sua contribuição em relação a esse contexto.” Conselheiro
1194 Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Mariana, o Parecer Único a que você se refere
1195 é qual parecer? Não é o que foi enviado à CPB, é o que vai ser enviado para a
1196 Câmara Minerária? Ok, então deixe claro, porque quando você fala ‘Parecer Único’
1197 eu estou entendendo o que eu analisei. Mais uma pergunta: a anuência do ICMBio
1198 não precisa constar então nas análises da CPB?” Mariana Antunes

1199 Pimenta/Suppri/SEMAD: “A única manifestação que o ICMBio faz é sobre a
1200 pertinência da área, se está dentro da unidade de conservação e se há interesse
1201 em sua regularização. Essa manifestação foi juntada ao processo e analisada. A
1202 questão sobre o empreendimento em si é afeita ao licenciamento, não à
1203 compensação. Então a manifestação é feita naqueles casos em que a legislação
1204 prevê realmente.” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Eu queria só
1205 mais uma vez ressaltar que se conste tudo em ata, inclusive a fala da Suppri de que
1206 o acesso ao empreendimento não vai cortar o parque. Porque isso causa uma série
1207 de impactos. E eu queria fazer uma pergunta ao presidente, se vai haver algum
1208 desdobramento do ‘Diálogos com o Sisema’, de toda a discussão que vem se
1209 fomentando nesta Câmara há um bom tempo sobre compensação ambiental de
1210 Campos Rupestres.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Conselheiro
1211 Alexandre, eu vou repassar a demanda ao presidente realmente. Na realidade, eu
1212 o estou substituindo hoje, porque ele não pôde comparecer. Está sendo anotado, a
1213 Secretaria vai repassar ao Malard, e ele trará resposta ao senhor. Eu vou aproveitar
1214 o momento, estou vendo que às vezes há essa confusão em relação aos processos
1215 que vêm à CPB, que estão na CMI, principalmente os da CMI, que tratam sobre
1216 mineração. A Presidência da CMI é feita por mim. Então eu convido, estendo o
1217 convite a todos, ao Junio, do Ibama... O Junio já tem cadeira lá, que é feita pelo Dr.
1218 Enio, mas a Uemg não tem, o Alexandre não tem na CMI, alguns conselheiros não
1219 têm. O pessoal da Fiemg, o Manetta e a OAB também não têm. Então aqueles
1220 conselheiros que tiverem interesse em participar da nossa reunião da CMI, é só
1221 mandar um e-mail para mim mesmo ou então para a Vânia, para a Secex, que aí eu
1222 vou convidar qualquer conselheiro aqui da CPB usando a prerrogativa do artigo 38
1223 do Regimento, que fala o seguinte: ‘Poderão ser convidados pelo presidente das
1224 estruturas colegiadas do COPAM para participar das reuniões com direito a voz e
1225 sem direito a voto pessoas e instituições relacionadas à matéria constante em
1226 pauta.’ Então, professor Alexandre, o senhor está convidado para, quando o senhor
1227 tiver interesse em algum processo que esteja lá em julgamento, que tenha algum
1228 reflexo aqui na CPB, de participar da nossa reunião como conselheiro. O senhor vai
1229 ter direito a toda a palavra, ao tempo para expor e para tirar suas dúvidas,
1230 obviamente sem direito a voto. Mas fica aqui o convite ao senhor e aos demais
1231 conselheiros para participar da nossa reunião.” Mariana Antunes
1232 Pimenta/Suppri/SEMAD: “Senhor presidente, o Rodrigo Ribas pediu para eu
1233 reforçar, depois desse pedido do conselheiro, que a Suppri participou de um Grupo
1234 de Trabalho junto do IEF para melhorar a normativa referente a compensação de
1235 espécies ameaçadas específicas de Campo Rupestre. Então também existe um
1236 esforço, e o conselheiro também pode pedir mais informações ou acompanhar, caso
1237 queira, porque existe um esforço do órgão ambiental em melhorar, sim, esses
1238 procedimentos internos.” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Mas
1239 essas questões que eu fiz de quais as medidas das espécies ameaçadas que vão
1240 ser suprimidas, isso não é respondido aqui, isso também é respondido em algum
1241 outro lugar. Certo?” Mariana Antunes Pimenta/Suppri/SEMAD: “Especificamente

1242 sobre esse processo, sim, mas existe uma normativa, que está em discussão, que
1243 você tem outros instrumentos que não os processos de licenciamento para poder
1244 cobrar.” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Me permita, com o mais
1245 sincero respeito. Eu tenho percebido que esses relatos de vista, que me demandam
1246 algum trabalho, mas que são quase em vão. Eu insisto neles para que fique
1247 registrado o documento, para que fique o registro de que há algum porteiro nessa
1248 boiada aí tentando reverter. Mas, enfim, é muito estranho, porque as questões
1249 afeitas à fauna, a espécies ameaçadas e a tantas outras sobre biodiversidade não
1250 ficam aqui.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nenhum parecer,
1251 conselheiro, dada a nossa obrigação como servidor, fica em vão, nem o do senhor,
1252 nem o de ninguém que presta um serviço a este Conselho vai ficar em vão. O senhor
1253 pode ter certeza absoluta que o parecer que o senhor fez aqui hoje, não sendo
1254 considerados os pontos para esta reunião, porque alguns pontos não são
1255 pertinentes a esta Câmara... Como eu li no decreto, é questão de legalidade, não é
1256 questão que a Mariana quer, não é questão que eu quero, não é questão que a
1257 Suppri quer. É questão de legalidade, como exposto no decreto. Mas com certeza
1258 essas ponderações vão ser verificadas no processo de licenciamento ambiental. E
1259 fica aqui o meu convite ao senhor para participar, conforme o artigo 38, da reunião
1260 que for votar este processo. Não havendo mais nenhum questionamento, eu vou
1261 colocar o processo em votação. Em votação o item 7.1” **Manifestação da Suppri**
1262 **(registrada após a votação do processo)**. Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Eu só
1263 queria fazer um agravo aqui. Agradecer ao professor Alexandre pelo
1264 reconhecimento do nosso trabalho em relação ao processo passado. Agradecer
1265 pelo entendimento que ele tem, porque a Suppri faz análise, a Suppri não é rasteira,
1266 como foi dito. E ele deixou bem claro que não tem nenhum problema em relação às
1267 análises da Suppri, parece que o problema dele é em relação ao Decreto 46.953,
1268 que estabelece competências diferenciadas. Mas é muito importante registrar um
1269 agravo em relação à fala final dele dizendo que ‘na passada dessa boiada tem um
1270 porteiro’. De maneira alguma as equipes do Sisema – nem da SEMAD, quando a
1271 Suppri defende, nem das Suprams, quando defendem, nem do IEF, quando defende
1272 – podem ser apontadas como equipes que fazem passar boiada. É muito grave uma
1273 afirmação dessa sabendo qual que é o contexto dessa manifestação dada muito
1274 tristemente por um outro órgão, em outro momento, em outro contexto. De maneira
1275 alguma houve qualquer enfraquecimento da legislação ambiental estadual, de
1276 maneira alguma houve qualquer recrudescimento de atender a interesses maiores,
1277 como ele também disse. De forma alguma. Nós atendemos sempre o interesse da
1278 legislação, o interesse da sociedade. É só lembrar aos senhores conselheiros que
1279 é muito citado pela Uemg, pela academia, pelo terceiro setor, pelas ONGs o artigo
1280 225 da Constituição Federal. Ele abraçou completamente a Lei 6.938. A Lei 6.938,
1281 artigo 4º, inciso I, diz que é o objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente sopesar
1282 desenvolvimento e proteção ambiental. E as equipes de licenciamento ambiental
1283 são uma das ferramentas para fazer isso, o que as equipes de licenciamento
1284 ambiental fazem o tempo todo é equilibrar a proteção ambiental necessária, prevista

1285 na norma, com o desenvolvimento social e econômico necessário previsto na
1286 Constituição. De maneira alguma nós vamos aceitar por ninguém, em momento
1287 algum, sermos acusados de 'boiadeiros'. De forma alguma. Nem nós da Suppri, e
1288 eu espero que ninguém no Sisema aceite esse tipo de pecha de quem quer que
1289 seja. Eu queria pedir desculpas aos conselheiros. Eu normalmente não sou tão
1290 incisivo assim, mas realmente essa pecha nós não vamos levar para frente. Quero
1291 agradecer. A equipe está aí. Eu acho que não houve nenhuma dúvida em relação
1292 ao processo (item 7.2). A manifestação do professor Alexandre em relação a este
1293 processo (item 7.2) foi de que não havia nada a questionar. A manifestação da
1294 Fiemg também. Então eu descanso, e qualquer dúvida que Conselho tiver em
1295 relação ao processo (item 7.2) a equipe técnica responde diretamente. Muito
1296 obrigado, mais uma vez desculpas.” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral
1297 Nascimento: “Presidente, eu só queria colocar que o Sr. Rodrigo Ribas colocou
1298 algumas questões que eu não disse, como, por exemplo, que não há nenhuma
1299 dúvida minha sobre o parecer. Pelo contrário, eu acho que o retorno de vista está aí
1300 cheio de dúvidas. E sobre a questão de passar boiada não tem como, o
1301 entendimento e uma análise sobre os fatos, cada um faz a sua análise. E ele citou
1302 o artigo 225 da Constituição, que não foi mencionado no meu documento. Eu ficaria
1303 muito mais satisfeito se ele mencionasse o artigo 11 da Lei da Mata Atlântica, por
1304 exemplo, que eu mencionei várias vezes nas oportunidades que tive. Desculpe, mas
1305 eu entendo que uma Câmara é, de fato, um espaço da discordância, e eu manifesto
1306 nossa discordância mais uma vez.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
1307 “Como eu disse – e até citei a frase do Carlos Drummond –, temos que respeitar.
1308 Em determinado momento aqui foi falado da manifestação de determinado
1309 conselheiro no parecer, e isso não foi do agrado do conselheiro. Mas ao mesmo
1310 momento o conselheiro também faz uma observação que não foi agradável ao
1311 servidor. E eu, como servidor público também, não me agradou a fala. Mas é como
1312 o senhor falou, aqui é um espaço onde manifestamos nossa forma de pensar. Mas
1313 no que pese a possibilidade de manifestação da nossa forma de pensar nós temos
1314 que nos ater a uma situação do respeito que temos que ter com o servidor. E isso o
1315 Código de Ética impõe ao servidor público, e os senhores aqui, como servidores
1316 públicos, para todos os fins, civil, criminal e administrativo, estão sujeitos. Não vou
1317 render mais esse assunto. Eu só vou passar a palavra ao Rodrigo. Seja breve, por
1318 favor, para darmos andamento à nossa reunião e finalizá-la.” Rodrigo
1319 Ribas/Suppri/SEMAD: “Só para explicar aos senhores conselheiros que eu estava
1320 dizendo que, em relação ao processo que está em pauta agora (item 7.2), o
1321 conselheiro já manifestou que não há nenhuma questão a ser posta. Ele manifestou
1322 e não apresentou parecer de vista neste processo que está em pauta (item 7.2).”
1323 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só houve uma confusão. Quando o
1324 senhor falou que não havia dúvida era em relação ao 7.2 e não sobre o 7.1.” **7.2)**
1325 **Vale S/A. Pilha de Estéril Canga Sudeste. Pilhas de rejeito/estéril, minério de**
1326 **ferro. Itabira/MG. PA/SLA 4162/2020, SEI 1370.01.0029854/2020-91. ANM**
1327 **930.641/1989. Classe 4. Apresentação: Suppri. Retorno de vista: Uemg e**

1328 **Fiemg.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer
1329 Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Crea, Fiemg, CMI, Amda,
1330 Relictos, OAB e Uemg. Abstenção: Ibama. Justificativa de abstenção. Conselheiro
1331 Junio Augusto dos Santos Silva: “O Ibama se abstém porque existe uma demanda
1332 de solicitação de anuência de Mata Atlântica que não chegou ainda à unidade do
1333 Ibama para análise. Então nós vamos nos abster neste contexto.” **7.3) Companhia**
1334 **de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). Supressão de cobertura vegetal**
1335 **nativa com destoca para implantação de sistema de abastecimento de água;**
1336 **captação no rio São Francisco, subestação elétrica, AAB - Adutora de Água**
1337 **Bruta, ETA; Adutora de Água Tratada, EEAT; Estações Elevatórias de Água**
1338 **Tratada. Ibiaí e Coração de Jesus/MG. SEI 2100.01.0053677/2020-13.**
1339 **Apresentação: Regional Norte.** Compensação ambiental aprovada por
1340 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,
1341 CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **8) PLANO DE**
1342 **TRABALHO PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE COMPENSAÇÃO**
1343 **AMBIENTAL PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XIII**
1344 **DO ARTIGO 13 DO DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 8.1) Plano de**
1345 **Trabalho para Aquisição de bateria para DJI Drone Phantom 4 PRO V2. Parque**
1346 **Estadual de Paracatu. Apresentação: Regional Noroeste.** Item retirado de pauta
1347 pela Presidência. **9) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA CRIAÇÃO DE**
1348 **RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) PARA ANÁLISE,**
1349 **DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 13, INCISO IX DO**
1350 **DECRETO ESTADUAL 46.953/2016. 9.1) RPPN Tuki. Proprietário: Marcos José**
1351 **Torrigo Costa. Área proposta: 4,6360 ha. São Tomé das Letras/MG. SEI**
1352 **2100.01.0007648/2021-29. Apresentação: GCMUC/IEF.** Criação de RPPN
1353 aprovada por unanimidade nos termos do parecer do IEF. Votos favoráveis: Segov,
1354 Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **9.2)**
1355 **RPPN Unidade Avançada de Meio Ambiente. Sítio Córrego Seco. Proprietários:**
1356 **João Batista Carvalho Neto e Aparecida Irani de Assis Carvalho. Área**
1357 **proposta: 13,2299 ha. São João Del Rei/MG. SEI 2100.01.0059641/2020-05.**
1358 **Apresentação: GCMUC/IEF.** Criação de RPPN aprovada por unanimidade nos
1359 termos do parecer do IEF. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama,
1360 Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **10) PLANO DE MANEJO DE**
1361 **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO NOS**
1362 **TERMOS DO INCISO IV DO ARTIGO 13 DO DECRETO Nº 46.953/2016. 10.1)**
1363 **Plano de Manejo Monumento Natural Estadual Gruta do Rei do Mato.**
1364 **Apresentação: IEF/GCMUC.** Item retirado de pauta pela Presidência. **10)**
1365 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente
1366 Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada
1367 a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

1368

1369

1370

1371

1372

1373

1374

1375

1376

1377

APROVAÇÃO DA ATA

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente suplente da Câmara de Proteção
à Biodiversidade e de Áreas Protegidas